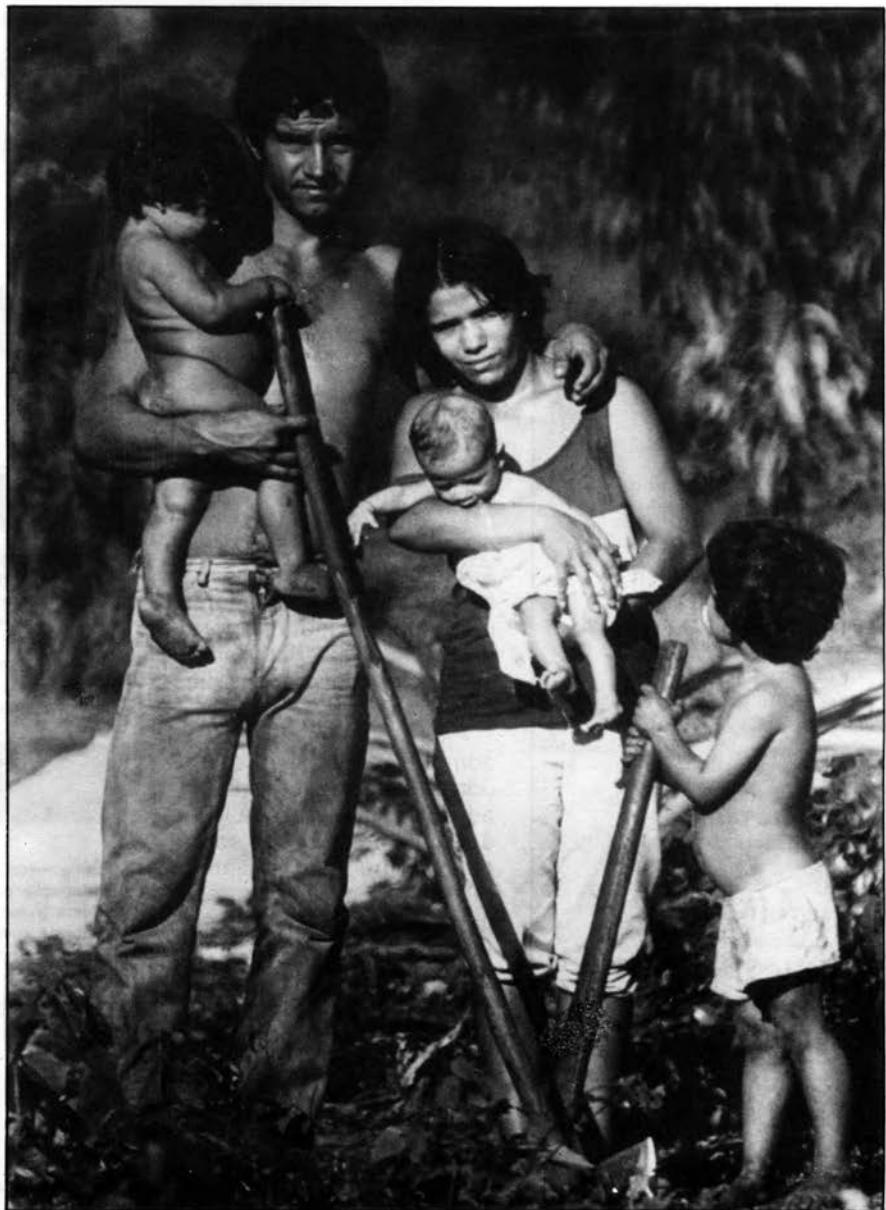


tempo e presença

Publicação do CEDI • Número 221 • Julho de 1987 • Cr\$ 25,00

Questão agrária

*O que realmente
mudou?*



**Reforma agrária:
Projeto afirmativo
de desenvolvimento**

**UDR:
A direita se articula
no campo**

**Paulo Fonteles:
Mais um companheiro
que se vai**

Cartas

tempo e presença

Revista mensal do
CEDI

Julho 87

CEDI Centro Ecumênico de
Documentação e Informação

Rua Cosme Velho, 98, fundos
Telefone: (021) 205-5197
22241 - Rio de Janeiro - RJ

Av. Higienópolis, 983
Telefone: (011) 825-5544
01238 - São Paulo - SP

Conselho Editorial

Aloisio Mercadante Oliva
Carlos Rodrigues Brandão
José Oscar Beozzo
José Roberto Pereira Novaes
Luiz Eduardo Wanderley
Milton Schwantes
Rubem Alves

Editores

Jether Pereira Ramalho
José Domingos Braghetto

Jornalista Responsável

José Domingos Braghetto
Reg. Prof. n° 8.763

Secretário de Redação

Flávio Irala

Diagramação e Secretaria Gráfica

João Francisco Esvael

Fotolito, Impressão e Acabamento

IMPRENSA METODISTA

Preço do exemplar avulso:
Cz\$ 25,00

Assinatura anual:
Cz\$ 200,00

Assinatura de apoio:
Cz\$ 300,00

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) traz à opinião pública do país uma denúncia e um testemunho. Somando-nos a todas as entidades sindicais, populares e democráticas do Brasil, denunciamos os latifundiários e grileiros do Pará pelo assassinato selvagem do advogado *Paulo Fontelles Lima*.

Paulo Fontelles cumpriu uma trajetória de vida dedicada aos trabalhadores, particularmente aos trabalhadores do campo. Depois de ter sido preso e torturado em 1971 e 1972, nas dependências do Ministério do Exército, em Brasília, engajou-se com coragem e abnegação na defesa dos trabalhadores rurais do sul do Pará. A partir de 1976 foi contratado pela Comissão Pastoral da Terra, onde trabalhou como advogado dos posseiros daquela região, quando nenhum outro profissional quis assumir esse risco. Defender posseiros no sul do Pará é desafiar a máquina mortífera do latifúndio.

Nos últimos meses, *Paulo Fontelles* dedicou-se à tarefa de defender os lavradores no processo sobre a morte do fazendeiro Tarley Andrade, filho do tesoureiro nacional da UDR.

Fica claro que a UDR não admite sequer que os lavradores tenham a seu lado um advogado de defesa. A UDR continua as pressões sobre os constituintes, enviando telegramas de ameaça aos parlamentares e com o terrorismo seletivo, assassinando os dirigentes políticos ou os aliados dos trabalhadores.

Há um ano, a nação, estacada, cobrava das autoridades a punição dos assassinos do padre Josimo Tavares. Hoje, a indignação popular se alastrou numa revolta generalizada diante do desgoverno, da inépcia e da conivência criminosa das autoridades da Nova República com a violência praticada contra os trabalhadores rurais e seus defensores, como *Paulo Fontelles*.

A CPT expressa sua solidariedade aos trabalhadores

rurais do Pará que perderam um dos seus grandes defensores. Somamos nossa voz ao protesto de toda a sociedade brasileira contra este assassinato. A morte de *Paulo Fontelles Lima* é o emblema das intenções dos latifundiários nesta hora em que o país escreve a nova Constituição. Os celerados que o assassinaram são a mão armada da minoria que, a custa do sangue e da vida de milhões, quer impedir a realização da reforma agrária no país.

Exigimos das autoridades a prisão imediata dos assassinos e mandantes deste crime bárbaro. Aos constituín-

tes, fica o alerta sobre a grave responsabilidade de garantir na nova Constituição o fim do latifúndio. À sociedade brasileira, particularmente aos trabalhadores, fica o desafio de organizar-se para proteger a vida dos seus dirigentes.

A Comissão Pastoral da Terra, como organismo pastoral, testemunha a esperança que a coerência desta vida frutificará na realização da Reforma Agrária que a nação exige.

Comissão Pastoral da Terra
Secretariado Nacional
Goiânia, GO

LEVANTAMENTO POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

Volume 3 — Amapá/Norte do Pará	Cz\$ 200,00
Volume 5 — Javari	Cz\$ 150,00
Volume 8 — Sudeste do Pará (Tocantins)	Cz\$ 200,00

ACONTECEU ESPECIAL

Trabalhadores rurais 1980	Cz\$ 30,00
Trabalhadores urbanos 1980	Cz\$ 30,00
Trabalhadores urbanos 1981	Cz\$ 30,00
Trabalhador rural 1981	Cz\$ 30,00
Fiat 1981	Cz\$ 30,00
Igrejas: Desenvolvimento e participação popular	Cz\$ 50,00
Povos indígenas no Brasil 83	Cz\$ 150,00
Povos indígenas no Brasil 84	Cz\$ 220,00

CADERNOS DO CEDI

Canavieiros em greve	Cz\$ 70,00
Educação popular: Alfabetização e primeiras contas	Cz\$ 50,00
Sexta Assembleia do CMI	Cz\$ 100,00
Pedras e garimpeiros: Terra e trabalho no Araguaia	Cz\$ 50,00
Roças comunitárias & outras experiências de coletivização ..	Cz\$ 50,00
Deixar vir a mim os pequeninos	Cz\$ 50,00

Assine o Boletim

aconteceu

Publicação semanal com um resumo das principais notícias veiculadas pelos órgãos de imprensa do país.

Assinatura anual: Cz\$ 100,00

América Latina: US\$ 80 América do Norte: US\$ 85 Europa, África e Ásia: US\$ 100

Nome: _____
Endereço: _____
Cidade: _____ CEP: _____ Est.: _____
Telefone: _____ Profissão: _____ Idade: _____

Faça sua assinatura através de cheque nominal para o CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação — Rua Cosme Velho, 98 — fundos — CEP 22241 — Rio de Janeiro — RJ.

Índice**Questão agrária**

4 QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: O QUE REALMENTE MUDOU NOS ANOS 80/85?
José Graziano da Silva

7 REFORMA AGRÁRIA: POLÍTICA SOCIAL OU ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO?
Ricardo Abramovay

9 A REFORMA AGRÁRIA DA NOVA REPÚBLICA
João Pedro Stédile

11 UM SALTO DE QUALIDADE NA LUTA DOS BÓIAS-FRIAS
José Domingos Braghetto

13 ASSENTAMENTOS EM SÃO PAULO: O CASO DE SILVÂNIA
Sérgio Pereira Leite e
José Jorge Gebara

15 UDR: PARA ALÉM DA VIOLENCIA
Regina Bruno

17 IGREJAS CRISTÃS E A LUTA PELA TERRA
Ivo Poletto

21 ROMARIA DA TERRA
Edgar Jorge Kolling

23 PAULO FONTELES: MAIS UMA VÍTIMA DO LATIFUNDIO
Ricardo Rezende Figueira

24 CASO FUCHS: HONRA INSTITUCIONAL VERSUS HONRA DO RESPEITO AO SER HUMANO
William Schisler Filho

Bíblia hoje

25 "FARÃO POMARES E LHES COMERÃO O FRUTO"
Milton Schwantes

Constituinte

27 CONSTITUINTE: ESTATUTO DA CLASSE DOMINANTE?
Lysâneas Maciel

América Latina

29 A IMPLOSÃO DA DITADURA
Nidia González

Livros

31 MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO
Neide Esterci
A LUTA PELA TERRA
José Domingos Braghetto

Última página

REFORMA AGRÁRIA POR QUE?

Cultivarão a terra e comerão dos seus frutos

São passados dois anos que o governo lançou, com grande publicidade, o primeiro Plano Nacional da Reforma Agrária. A expectativa de que, ainda de forma tímida, se daria um certo avanço na questão da terra foi-se transformando numa cadeia de frustrações. As denúncias da ineficácia governamental, mais do que isso, do desmascaramento das intenções de se fazer uma verdadeira reforma agrária foram crescendo, com a evidência das modificações que se iam introduzindo no plano e com o adiamento de medidas concretas na desapropriação dos latifúndios.

Análise política mais profunda questionava os pressupostos de certos grupos sociais, inclusive de certos setores das igrejas, que acreditavam ser possível uma reforma agrária a partir da possibilidade de se realizarem alianças com setores da burguesia nacional. E a ilusão foi-se desmanchando com a reação cada vez mais articulada dos grandes proprietários de terra.

Nesse interim, surge a União Democrática Ruralista (UDR), como expressão maior da reação anti-reformista com relação à questão do campo. O seu rápido crescimento e eficiente organicidade surpreenderam a amplos setores sociais empenhados na reforma agrária. Ganhou espaço nos meios de comunicação social, mostrou poder de pressão frente a políticos e enfrentou com violência as organizações dos trabalhadores do campo. A UDR requer atenção e estudo mais aprofundado pelo que representa dentre as forças de direita neste país.

Nos próprios setores de esquerda e de grupos progressistas a questão dos pequenos proprietários e a sua participação ativa nos planos da reforma agrária — sem dúvida, questão antiga — volta a ser debatida, e novos problemas vão sendo levantados.

Nesse período, também a viabilidade e a eficácia das ocupações e assentamentos aparecem nas discussões daqueles grupos comprometidos com a questão da terra no Brasil.

Toda essa efervescência se dá no momento em que a Assembléa Nacional Constituinte discute a questão da terra. Os primeiros resultados não são nada animadores. A demonstração de força dos grandes proprietários, com muitos recursos e apoios políticos, está dando resultados a seu favor.

Resta, entretanto, o recurso de contrapor a essa tendência reacionária a força do movimento popular. Isso exige redobrados e amplos esforços de organizações populares, de grupos de assessoria, de partidos políticos, de igrejas, no sentido de se exigir uma reforma agrária de acordo com os interesses dos trabalhadores e a construção de uma sociedade democrática, grande aspiração do povo brasileiro.

*O Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), neste número de *Tempo e Presença*, reafirma seu compromisso e sua disposição de lutar, junto com outras forças que tenham os mesmos ideais, no sentido da construção de uma estrutura justa no campo brasileiro.*

QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

O que realmente mudou nos anos 80/85?

José Graziano da Silva

João Roberto Rippel/F4



A divulgação dos resultados preliminares do Censo Agropecuário de 1985 deixou muita gente surpresa: algumas das principais "tendências", que vinham sendo observadas desde a década de 60, inverteram-se como, por exemplo, o crescimento das áreas médias dos estabelecimentos agropecuários, a redução dos parceiros e o aumento dos ocupantes; outros fenômenos que haviam se acelerado na segunda metade da década passada, como a concentração da posse da terra e a expansão da fronteira agrícola, estabilizaram-se. De outro lado, "tendências" que se haviam apresentado como "inversíveis" em 1980 — por exemplo, o decréscimo do pessoal ocupado nas explorações de menores áreas — mostram uma aparente "reversão".

Vejamos mais detalhadamente esses dados.

As mudanças na estrutura agrária

A tabela 1 resume os dados referente à distribuição da posse da terra dos censos de 1975, 1980 e 1985. Ao contrário do que ocorreu na segunda metade dos anos 70, no período 1980/85 o número de estabelecimentos cresceu à frente da expansão da área total (isso vale para todas as regiões do país) indicando um processo de redimensionamento dos estabelecimentos agropecuários e, possivelmente, uma minifundização das pequenas unidades produtivas. Não tivemos ainda a oportunidade de fazer uma análise ao nível dos estados e regiões desagregado pelo tamanho para saber se esse fracionamento também ocorreu nos estabelecimentos médios e grandes. Os dados agregados para o Brasil indicam que diminuiu tanto a área média (que é mais afetada pelos grandes) como a área mediana (que é mais afetada pelos pequenos), sugerindo que houve um fracionamento nos dois extremos da distribuição da posse da terra no país entre 1980 e 1985. Os dados referentes à participação relativa dos 50% menores (50-) mostram que a metade inferior dos estabelecimentos agropecuários brasileiros detinham apenas 2,5% das terras agrícolas em 1975, reduziram ainda mais a sua participação relativa, ficando tão somente com 2,2% em 1985. Por outro lado, os 5% dos estabelecimentos maiores (5+), que já se apropriavam de quase 70% da área total, mantiveram a sua participação relativa (se quisermos ser rigorosos, houve até um pequeno aumento no período 1975/85).

O índice de Gini, que indica o grau de desigualdade da distribuição da terra no Brasil, manteve-se constante no período 1975/85 (ao redor de 0,86). É oportuno lembrar que esse índice é no máximo igual a 1 quando todas as terras estivessem concentradas na mão de apenas um proprietário; e que no seu cálculo foram considerados apenas os produtores que já têm acesso à terra, ou seja, o índice reflete

Tabela 1

DISTRIBUIÇÃO DA TERRA ENTRE OS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS NO BRASIL			
Estatística	1975	1980	1985
Milhões de estab. com declaração de área	5,0	5,2	5,8
Área Total (milhões ha)	323,1	369,6	376,3
Área Média (ha)	64,9	71,7	64,6
Área Mediana (ha)	8,9	9,7	8,3
Índice de Gini	0,855	0,859	0,858
50 - (%)	2,5	2,4	2,2
5 + (%)	68,7	29,7	69,2

FONTE: Censos Agropecuários de 1975 e 1980; Sinopse Preliminar de 1985 (Cálculos do prof. Rodolfo Hoffmann).

tão somente a distribuição entre os estabelecimentos agropecuários. Se incluíssemos os "sem terra", o valor do índice de Gini para 1985 subiria acima de 0,9 refletindo assim o aumento relativo daqueles que não têm acesso à terra (como produtor, proprietário, parceiro, arrendatário, ocupante e outros), mas continuam a depender da agropecuária como sua atividade principal.

A tabela 2 mostra as variações relativas do número de estabelecimentos e da área total segundo a condição do produtor. Como se pode verificar foi entre os proprietários e os ocupantes que a variação da área total foi inferior à do número de estabelecimentos no período 1980/85, o que significa um crescimento relativo maior dos estabelecimentos menores. Entre os ocupantes, a variação da área que detinham chegou mesmo a ser relativa no total do país, refletindo a forte redução apresentada nas regiões Norte e Centro-Oeste, de ocupação mais recente. Isso equivale a dizer que nesse período "sumiram" os grandes ocupantes, beneficiados possi-

velmente pela legislação do "usufruição especial", que facilitou o seu reconhecimento como proprietários das terras que "ocupavam" há mais de cinco anos.

Chama a atenção também o extraordinário crescimento do número de parceiros, tanto em número quanto em área ocupada. A desagregação por região permite constatar que esse aumento foi generalizado em todas as grandes regiões do país, sendo que nas regiões Norte e Sul mais São Paulo destaca-se o crescimento dos grandes parceiros, enquanto nas regiões Nordeste e Sudeste (exceto São Paulo) há uma acentuada proliferação dos pequenos parceiros.

O "crescimento" do pessoal ocupado

Como se pode ver pelos dados apresentados na tabela 3, há uma clara correspondência entre o crescimento dos estabelecimentos de menos de 10 hectares (em número e área) em todo o país (exceto São Paulo) e o crescimento do pessoal ocupa-

Tabela 2

Condição produtor	VARIAÇÃO RELATIVA (%) DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS SEGUNDO A CONDIÇÃO DO PRODUTOR			
	Área total (%)			
	75/80	80/85	75/80	80/85
Proprietários	6,0		12,4	1,9
Arrendatários	2,7	0,7	32,3	1,2
Parceiros	6,5	8,7	22,9	66,2
Ocupantes e outros	-6,5	24,1	5,6	-3,1
Total	3,3	13,1	12,6	3,1

FONTE: Censos Agropecuários de 1975 e 1980; Sinopse Preliminar de 1985.

do na agropecuária brasileira. Mas, o que exatamente significa essa correlação? Se fosse simplesmente uma indicação da expansão da fronteira agrícola, o crescimento do pessoal ocupado deveria ser proporcional às variações da área (total e com culturas). Mas não é isso o que ocorre em particular nos casos das regiões Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste. Aí as variações do número de estabelecimentos aparece sempre como a mais importante na explanação das variações do pessoal ocupado. Podemos, pois, afirmar que estamos captando na verdade o efeito das *alterações na estrutura de posse da terra*. Vejamos quais foram essas alterações.

Antes de prosseguirmos, uma observação conceitual: vamos tratar do pessoal ocupado e não do *emprego* no campo, o que só seria possível se dispuséssemos dos dados sobre ocupação da mão-de-obra desagregados pelas categorias do trabalho familiar e do assalariado; e cada uma delas por sexo e idade, de modo a permitir a conversão do número de pessoas ocupadas em unidades de força de trabalho. Para dar uma idéia estimativa dessa diferença, apresentamos a seguir a relação entre o número de pessoas ocupadas e o número de equivalentes-homens (que corresponde à força do trabalho de um assalariado homem adulto, conforme metodologia que costumamos adotar) para 1980:

- estabelecimentos com menos de 10 ha: 1,25;
- estabelecimentos de 10 a 100 ha: 1,22;
- estabelecimentos de mais de 100 ha: 0,86;
- total de estabelecimentos: 1,13.

Note-se que nos estabelecimentos menores, a subocupação da mão-de-obra familiar faz com que o número de pessoas ocupadas seja maior que o de equivalentes. Já nos grande estabelecimentos ocorre o contrário e a relação chega a ser até

	VARIAÇÃO RELATIVA (%) DO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DA ÁREA TOTAL E DO PESSOAL OCUPADO					
	Nº estabelecimentos	Área total		Pessoal ocupado		
	75/80	80/85	75/80	80/85	75/80	80/85
Com menos de 10 ha	-0,2	18,8	0,2	11,4	-5,1	17,1
Entre 10 e 100 ha	6,2	7,4	7,2	8,0	3,5	5,9
Com mais de 100 ha	10,0	6,0	14,4	1,8	26,1	5,1
Total	3,3	13,1	12,6	3,1	4,0	10,0

FONTE DOS DADOS BÁSICOS: Censos Agropecuários 1975 e 1980; Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1985.

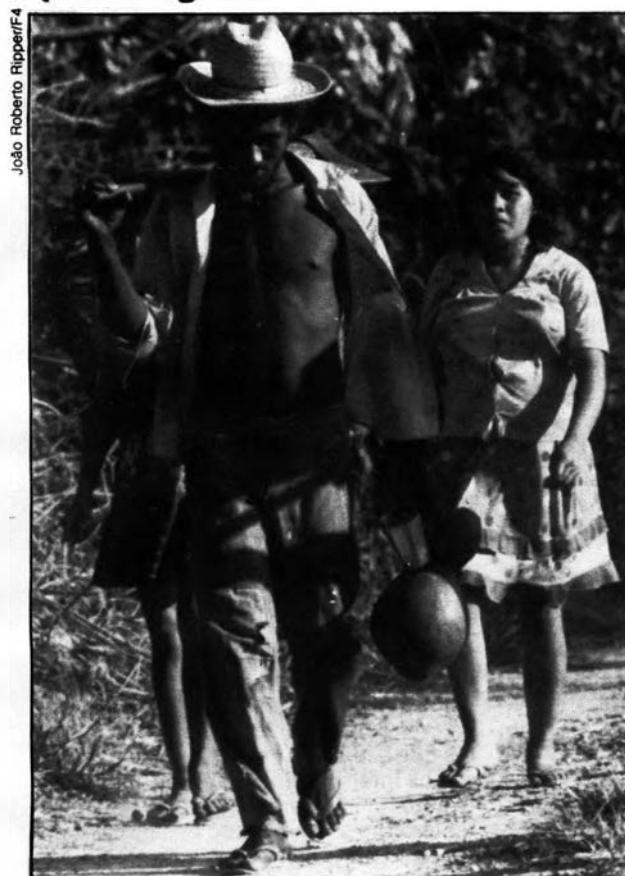
mesmo inferior à unidade, porque os dados censitários não incluem os assalariados temporários que são contratados por empreitada (como os volantes, por exemplo) entre as pessoas ocupadas. No total, o número de pessoas ocupadas é cerca de 13% maior que o número de equivalentes-homens, o que representa um indicador da subocupação da mão-de-obra no campo. Pelos dados disponíveis para 1985, é de se esperar que essa porcentagem tenha crescido, uma vez que o crescimento do pessoal ocupado está fortemente relacionado com o aumento do número de estabelecimentos com menos de 100 ha, como mostra a tabela 3.

Dessa maneira, o crescimento de 2 milhões de pessoas (23,2 milhões recenseadas em 1985, em comparação aos 21,2 milhões de 1980) ocupadas na agropecuária brasileira na primeira metade desta década pode não significar em absoluto um crescimento do emprego agrícola da mesma magnitude. Ao contrário, à medida que novos dados tornam-se disponíveis cresce a nossa suspeita inicial de que esse aumento das pessoas ditas ocupadas significa, em sua grande maioria, apenas um crescimento do subemprego e da subocupação no campo.

Assim, por exemplo, desses 2 milhões a mais de pessoas ocupadas recenseadas em 1985, o Nordeste responde por 1 milhão (principalmente nos estados do Ceará, Paraíba, Alagoas, Sergipe e Bahia) e o Sudeste por cerca de 450 mil, concentrados nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Ora, em todos esses estados os dados mostram um crescimento muito maior — mas muito maior mesmo — do número de estabelecimentos que da área total e da área de culturas, indicando um fracionamento das unidades produtivas. Em resumo, é esse processo de minifundização, que vem ocorrendo em algumas regiões do país — notadamente nas regiões Nordeste e Sudeste (menos São Paulo) —, que explica a maior parte do crescimento do pessoal ocupado em 1985. Apenas na região Norte podemos associar o crescimento do pessoal ocupado à expansão da fronteira agrícola, em particular nos estados de Rondônia, Roraima e Amapá. Já os dados da outra região de fronteira, o Centro-Oeste, confirmam claramente o seu "fechamento precoce", apresentando uma taxa de crescimento do pessoal ocupado inferior à média do país e até mesmo menor que as das regiões Nordeste e Sudeste.

O aprofundamento dessas pistas é fundamental para avançarmos sobre o que significa realmente essa expansão do pessoal ocupado na agropecuária brasileira registrada nos resultados preliminares do Censo de 1985. A se confirmarem as hipóteses de minifundização e do crescimento apenas das categorias *mão-de-obra familiar* e *assalariados temporários*, esse aumento do número de pessoas ocupadas em 1985 pode indicar exatamente o contrário do que aparentemente mostram esses dados preliminares por nós analisados até o momento. Ou seja, podemos concluir que o que cresceu, nessa primeira metade da década de 80, não foi o nível de emprego, mas a subocupação e o subemprego no campo.





João Roberto Ripper/F4

Reforma agrária: política social ou alternativa de desenvolvimento?

Ricardo Abramovay

Não há hoje quem acredite na possibilidade de o governo Sarney aplicar com resultados minimamente significativos o seu Plano Nacional de Reforma Agrária. Um dos sinais mais evidentes da derrota política da reforma agrária está em seu isolamento no interior do próprio governo. O Plano de Metas para a Agricultura, aprovado bombasticamente no ano passado, não usa o termo *reforma agrária* uma só vez. Pior: enquanto em outubro de 1985, no Ministério da Reforma Agrária, intelectuais, militantes sindicais, assessores viravam noites na redação de um plano a ser aprovado pelo presidente da República, em outros órgãos do governo o assunto era abordado, na maior parte das vezes, em tom de chacota. Ficou célebre a resposta de um importante político paulista com função executiva no Governo Montoro quando lhe foi apresentado o orçamento de um plano de assentamento de famílias de agricultores: "Mas é mais fácil dar um táxi para cada um!" Ou a dos técnicos da Seplan em Brasília argumentando que o programa do leite era mais barato e de retorno mais garantido que a reforma agrária.

Que a direita se utilizasse deste tipo de argumento, já era de se esperar. Recentemente a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) declarou em entrevista que a divisão entre conservadores e progressistas na Constituinte era artificial e exemplificou: "Veja o caso da reforma agrária: trata-se

de uma tese velha, de algo que outros países já realizaram oitenta, cem anos atrás e aqui é apresentada como progressista". Ou o empresário Olacyr de Moraes, o famoso rei da soja, quando questionado a respeito da reforma agrária responde: "Tem gente que acha que nós devemos voltar à Idade Média e fazer agricultura manual, retroceder no tempo".

Que a direita apresente a reforma agrária como expressão de um retrocesso econômico não chega a espantar. O que merece análise mais aprofundada é que não foram poucos os intelectuais e técnicos progressistas a corroborar a tese da falta de viabilidade econômica da reforma agrária. A partir desta ótica, das duas uma: ou a reforma agrária não se justifica e deve ser substituída, seja por uma política tributária mais agressiva, seja por medidas de política agrícola, ou então ela se justifica exclusivamente sob a ótica de uma *política social*.

Reforma agrária e política social

O raciocínio dos que preconizam a reforma agrária enquanto política social é basicamente o seguinte. O capitalismo no campo brasileiro se desenvolveu enormemente nas três últimas décadas sobre a base da própria estrutura fundiária atual. O trabalho assalariado vem assumindo um peso cada vez maior. A continuidade

deste desenvolvimento capitalista absolutamente não depende da democratização do acesso à terra, conforme se acreditava antes de 1964. Ao contrário, as empresas capitalistas suplantam na competitividade os empreendimentos de caráter familiar que apesar de sua importância vêm perdendo significação econômica na oferta de bens e na própria geração de empregos. Uma política de redistribuição de terras para pequenos agricultores corre seriamente o risco, a partir deste raciocínio, de representar um retrocesso histórico. Neste sentido, à reforma agrária restariam apenas duas possibilidades:

1) Seria criado um setor camponês fortemente subsidiado pelo Estado, na medida mesmo em que não apresente condições de vencer a concorrência junto à grande empresa capitalista. A justificativa para tanto estaria na constatação de que é impossível às cidades absorver produtivamente os contingentes migratórios que deixam o campo e que a reforma agrária representa o caminho mais barato para a geração de empregos, ainda que a produtividade relativa destes empregos seja bem mais baixa que a média social e a existente no setor capitalista da economia.

2) A reforma agrária só teria viabilidade de caso se apoiasse em unidades coletivas de produção capazes de empregar em larga escala meios químicos e mecânicos

característicos do progresso técnico atual. Seriam empresas rurais — e como tal capazes de competir com os empreendimentos capitalistas — porém geridas pelos próprios trabalhadores.

Embora as conclusões daqueles que defendem a reforma agrária enquanto política social e dos que só a concebem no quadro da formação de "kolkhozes" de estilo soviético sejam diferentes, as premissas em que ambos se apóiam são idênticas. Elas estão baseadas em dois preconceitos que convém aqui mencionar ainda que brevemente: o mito da eficiência empresarial na agricultura e o mito da extinção camponesa.

O mito da eficiência empresarial

É evidente que se levarmos em consideração o aumento no uso de máquinas e insumos ditos modernos notaremos uma grande concentração da produção nas mãos de empreendimentos de natureza especificamente capitalista. Daí porém dizer que estes empreendimentos no terreno da concorrência são mais eficientes que as unidades de produção familiares vai uma grande distância. Na maior parte das vezes, e nos setores mais importantes do capitalismo agrário a tão propalada eficiência da empresa capitalista na agricultura nada mais é que expressão de seu poder em obter auxílio do Estado sob as mais diversas formas. Num estudo recente sobre o setor sucro-alcooleiro de São Paulo (a vanguarda do capitalismo agrário nacional), o dr. Alvaro Manoel conclui que "a presença da grande empresa é explicada, em sua maior parte, pelas vantagens pecuniárias obtidas a partir da instrumentação da política agrícola" (*Política Agrícola, eficiência e concentração na agricultura brasileira: um estudo do setor canavieiro paulista*, IPE/USP, 1986, p. 148). Se isto é verdade, "uma primeira implicação é que a retirada dos subsídios (ou pelo menos a redução de sua assimetria) deverá favorecer os empreendimentos agrícolas de menor porte, especialmente aqueles caracterizados pelo trabalho familiar... Uma segunda implicação é que uma estrutura agrária baseada em propriedades familiares viáveis, além de ser eficiente no sentido de promover a inovação e a adaptação à mudança tecnológica, também tem condições de empregar um estoque de capital necessário, à baixas taxas de retorno, ofertando desta forma um fluxo de produto a baixo custo médio, inferior ao custo das outras formas de produção" (Idem, p. 149).

O mito da extinção camponesa

Os clássicos do marxismo foram pró-dicos em previsões apocalípticas a respeito da iminente desaparição do campesinato na sociedade burguesa. Esta visão

do campesinato como categoria social transitória chegou a influenciar decisivamente políticas agrícolas em países socialistas com resultados desastrosos, quer se trate da coletivização forçada na URSS nos anos 30 ou da incapacidade do regime socialista polonês de atender às reivindicações e aspirações da maioria camponesa do país. (ver Jean-Charles Szurek, *Aux origines paysannes de la crise polonoise*, 1982, Hubert Nyssen Editeur, Le Paradou)

Entre nós é evidente a fraqueza e a instabilidade da produção familiar. Basta lembrar que dos 5 milhões de estabelecimentos agrícolas existentes no país, a metade não possui dez hectares, na maior parte das vezes insuficientes para possibilitar a reprodução da família e obrigando o recurso constante ao trabalho assalariado. Não é menos evidente também a incrível capacidade de reprodução social destes pequenos agricultores que se mostra nos movimentos migratórios e sobre tudo na própria luta pela terra.

A missão histórica da reforma agrária será a de trazer à luz o imenso potencial de desenvolvimento embutido nesta pequena produção familiar que até aqui teimosamente tem sobrevivido às custas exclusivamente de sua própria luta e contando com pouquíssimo apoio oficial. Ali onde a estrutura agrária permitiu que pequenos agricultores tivessem acesso aos meios de desenvolvimento da produtividade de seu trabalho, os resultados econômicos foram evidentemente positivos. Conforme mostra o estudo de Olindina Mesquita e Solange Tietzmann a pequena produção familiar teve um papel decisivo na própria transformação da base técnica da agricultura nos três estados do sul do Brasil (*A inserção da pequena produ-*

ção na mudança tecnológica da agricultura na Região Sul, in *Revista Brasileira de Geografia*, out/dez 1986). Isto não quer dizer que este mesmo modelo de desenvolvimento técnico pode ser copiado em outras regiões do país, mas sim que a massificação da reforma agrária geraria o surgimento de formas produtivas adaptadas às condições regionais e à especificidade da pequena produção.

Um projeto afirmativo de desenvolvimento rural

Apresentar a reforma agrária fundamentalmente como política social é uma atitude cética que contribui para a sua derrota política. Não é espantoso que isto ocorra num país cuja intelectualidade nunca teve qualquer tipo de ligação com as massas camponesas, em que os currículos das escolas de agronomia são voltados para as condições das grandes empresas e onde o pequeno produtor aparece no máximo como a vítima de um destino irrefreável. Um dos desafios importantes que a reforma agrária brasileira oferece aos intelectuais hoje é de, juntamente com o movimento camponês, elaborar um projeto afirmativo de desenvolvimento rural cujo sujeito ativo seja o pequeno agricultor e sua família. Revalorização do espaço agrário, mudanças nas políticas de crédito, comercialização e apoio técnico, acesso à própria cidadania. Tudo isso supõe que se conceba positivamente a possibilidade de o camponês ser o principal agente da construção de seu próprio futuro.

Ricardo Abramovay é diretor do Programa da Terra (Proter) da PUC/SP e professor da FEA/USP. É autor de *O que é Fome* (Brasiliense).



Douglas Mansur



A reforma agrária da Nova República

João Pedro Stédile

Asituação de reforma agrária no Brasil realmente não podia ser pior. No início da Nova República, havia certa esperança de que com os compromissos assumidos pela Aliança Democrática para evitar as eleições diretas, fossem dados alguns avanços nesse sentido. Mas logo, logo, os trabalhadores rurais foram dando-se conta de que a esperança não passava de mais uma piada que a classe dominante estava aplicando aos trabalhadores. Tudo não passou de um circo bem montado, onde não faltou até visita do presidente Sarney ao Papa, prometendo que faria reforma agrária...

Passados dois anos e meio de governo da Nova República, quais são os resultados? O governo havia prometido que em 1985/86 assentaria 150 mil famílias, em 1987 assentaria 450 mil, e assim progressivamente até atingir um milhão e meio de famílias em seus cinco anos de governo. Até agora foram desapropriados aproximadamente 1,5 milhão de hectares, mas o governo conseguiu tomar posse somente de 600 mil. O restante está embargado pelos latifundiários, que entraram na justiça utilizando, como base jurídica, o decreto do presidente Sarney de outubro de 1985 para que aí se iniciasse um longo e interminável processo judiciário, que simplesmente impede qualquer avanço nas de-

sapropriações. Ou seja, tudo está acontecendo como planejara o sr. José Sarney. Em março de 1986, ele deu a seguinte sugestão ao ex-deputado Sergio Cardoso, líder da UDR paulista: "Eu faço o plano nacional de reforma agrária, mas vocês entrem na justiça, para ir segurando por lá".

Nas áreas desapropriadas que o Incra conseguiu tomar posse daria para assentar aproximadamente 17 mil famílias, mas na realidade umas 12 mil famílias chegaram a ser efetivamente assentadas, e destas, em torno de 5 mil já eram posseiros antigos nas áreas, o que afinal representou apenas regularização de posse. A rigor mesmo, durante o governo da Nova República, menos de 10 mil famílias de trabalhadores rurais sem terra tiveram acesso à terra, mediante medidas desapropriatórias.

A instabilidade e a falta de representatividade popular do atual governo se refletiu decisivamente no Mirad/Incra. Além de não querer fazer um programa massivo de reforma agrária, esses órgãos não possuem a mínima continuidade e seriedade. Afinal de contas, são muito mais utilizados como favores políticos do que realmente programados para a reforma agrária. Nesses dois anos e meio, já passaram três ministros: Nelson Ribeiro, Dante de Oliveira e agora Marcos Freire, sem contar os dias de

interinidade do ministro da Agricultura. Na presidência do Incra foram nada menos do que cinco pessoas que ocuparam o cargo, até chegar o atual, por sinal, um jovem engenheiro eletricista, a parecer, com muito pouca familiaridade com problemas de feijão, arroz e assentamento.

A máquina administrativa Incra/Mirad continua totalmente desaparelhada e lotada de técnicos e pessoas que são frontalmente contrários à reforma agrária. Os casos de empreguismo, corrupção e assessoria direta aos fazendeiros desapropriados, praticados pelos funcionários do Incra, acontecem em todos os estados. E sempre a desculpa é a mesma: "Falta de recursos, precisamos tempo, e a reforma agrária é um processo lento!"

Do lado dos trabalhadores, o saldo também não é muito positivo nesses dois anos. Foram 360 trabalhadores rurais assassinados. Entre eles, diversos dirigentes sindicais, advogados de sindicatos, dois padres e duas irmãs religiosas. E até hoje, nenhum assassino ou mandante foi preso ou condenado apesar da "boa vontade" do ministro da Justiça, Paulo Brossard, em aplicar sempre a lei. No entanto, existem atualmente, dez trabalhadores rurais presos: sete no Vale do Ribeira (SP), dois em

Conceição do Araguaia (PA) e um Venceslau Guimarães (BA). Todos com uma única culpa: querer trabalhar na terra e se envolver em conflitos de terra. São os novos presos políticos da Nova República. Na época dos governos militares, até que havia maior mobilização da sociedade civil frente aos presos políticos.

Política agrícola e pequenos agricultores

Segundo diversos organismos ligados à agricultura, no último ano agrícola, cerca de 100 mil famílias de pequenos agricultores, nas regiões sul e sudeste do país, perderam suas terras e tiveram que deixar o campo. Primeiro foi o Plano Cruzado, depois o Cruzadinho e agora o Plano Bresser; esses três programas de medidas de política econômica do governo estão arrasando com a pequena agricultura. Congelaram os preços dos produtos agrícolas para o mercado interno, que são produzidos pelo pequeno agricultor, para que o operário, ganhando apenas 42 dólares por mês, não morra de fome. Mas não congelaram nem os preços dos insumos industriais que o agricultor compra, nem os dos produtos agrícolas para exportação. Com isso, os grandes fazendeiros, as indústrias e o comércio de produtos para a agricultura aumentaram seus lucros em cima do trabalho do pequeno agricultor.

Não existem mais programas de crédito rural subsidiado. O pequeno agricultor paga as mesmas taxas de juros que qualquer grande capitalista que toma dinheiro no banco para especular. Para o pequeno agricultor, a política agrícola do atual governo, é a pior política que se tem notícia em todos os tempos e, certamente, levará à falência milhares de pequenos proprietários, que deixarão suas terras para os bancos e para os latifundiários.

Constituinte

Diante de um quadro tão desolador para os trabalhadores rurais, resta-nos voltar os olhos para a Constituinte. Como se ela fosse mais uma esperança da qual não se deve esperar muito. Sabe-se que a composição dos deputados no Congresso Constituinte é das piores possíveis. Segundo os levantamentos disponíveis, a UDR possui mais de 60 deputados eleitos com sua ajuda e outros tantos simpatizantes. Do total de parlamentares, 72% possui terras e 67% já pertenceu à Arena, partido de apoio do regime militar.

A força da mobilização popular, contudo, pode colocar essa imensa maioria de conservadores contra a parede. Os trabalhadores rurais do chamado setor combativo do campo (CUT, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, CPT, PT, pastorais rurais, grupos de jovens etc.)

organizaram a Comissão Nacional dos Rurais na Constituinte, para articular a coleta de assinaturas para três projetos populares: reforma agrária, direitos dos trabalhadores e soberania nacional (questão da dívida externa). Pretende-se colher cerca de 500 mil assinaturas, que deverão ser entregues por entidades do movimento popular e sindical à Comissão de Sistematização do Congresso Constituinte, no dia 12 de agosto. Também, está sendo preparada uma grande caravana de milhares de lavradores para acompanhar, em Brasília — durante o tempo que for necessário —, a votação do projeto de reforma agrária.

No entanto, todos estamos conscientes de que a Constituinte deve ser um meio e não um fim em si. Acima de tudo, os trabalhadores rurais precisam se organizar em suas bases, e construir um forte movimento de massas, para pressionar os deputados, para garantir que as leis sejam aplicadas. (Leis bonitas no papel, apenas, não valem nada!). E que, organizados, possam conquistar os seus direitos, conquistar a terra, conquistar preços justos, conquistar saúde, conquistar aposentadoria para as mulheres trabalhadoras rurais. Desse governo não se pode esperar nada. Nossa força está na nossa organização!

João Pedro Stédile é economista e assessor do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e da Comissão Pastoral da Terra.



Um salto de qualidade na luta dos bóias-frias

José Domingos Braghetto

Mais uma vez o norte do estado de São Paulo, ou seja a região canavieira de Ribeirão Preto viveu momentos de tensão, no período de 3 de junho a 19 do mesmo mês, quando cerca de 120 mil bóias-frias cruzaram os braços dando seqüência, após o hiato de 1986 (devido ao Cruzado), ao histórico movimento de Guariba de 1984.

Desta vez, os trabalhadores rurais assalariados, cortadores de cana, conseguiram como fruto de experiências já acumuladas em outras greves, dar um salto de qualidade no movimento, embora nem todas as suas reivindicações tenham sido atendidas, como é o caso do pagamento pela metragem, o que lhes garantiria o controle imediato de sua produção. Isto os patrões não aceitam nem discutir na mesa das negociações, mostrando assim como são duros quanto às reivindicações dos trabalhadores.

A cidade de Morro Agudo foi a primeira a parar no dia 3 de junho, a partir daí outras cidades seguiram seu exemplo num pipocar sucessivo, chegando-se a atingir cerca de 42 municípios paralisados, fato este que superou, em número de trabalhadores parados, todas as outras greves anteriores. Para melhor se organizar, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura de São Paulo (Fetaesp) montou, como em 1985, o seu "centro de operações" no ginásio de esportes, conhecido como "Docão", na cidade de Sertãozinho. Para lá convergiam todas as informações.

Eduardo Martins/Fotograma



Leme: a impunidade acoberta a Polícia Militar, acusada de matar dois trabalhadores.

À medida em que as cidades iam parando, as comissões de greve iam sendo formadas. A preocupação de se formar piquetes, já não era tão angustiante como nos anos anteriores, pois grande número de bóias-frias acorria espontaneamente e de forma pacífica nos locais de saída de caminhões, evitando os "fura-greves".

Eram enormes os piquetes, formados por homens, mulheres e até crianças. No salto de qualidade, desta vez a classe não se dividiu, os sindicalistas eram unâmines na adesão à greve. Municípios que nunca haviam se manifestado

estavam paralisados como: Morro Agudo, Taquaritinga, Viradouro, Sales Oliveira etc. Os rurais também tiveram o apoio pela primeira vez dos trabalhadores que ficam dentro das usinas, pertencentes ao Sindicato das Indústrias Alimentícias, em sua maior parte, vinculados a Sertãozinho. Como sói acontecer nestas ocasiões as assembleias se sucediam e os trabalhadores iam deliberando se aceitavam ou não as contra-propostas patronais, vendidas, diga-se de passagem, a preço muito alto, em programas especiais na TV Ribeirão (Globo) e nas rádios de Ribeirão Preto.



Guariba, 1984: até hoje um quadro organizacional complexo.

Guariba: um quadro complexo

Somente uns três dias antes do término da greve, Guariba aderiu, apoiada por membros da Fetaesp que para lá se dirigiram.

Sem alguém que possa catalizar suas reivindicações em termos de liderança, ainda hoje Guariba, após a "malufada" do seu suposto líder, José de Fátima, continua à busca de uma saída para sua organização. O sindicato não tem base nenhuma, e está às traças. Forças "políticas" se digladiam e procuram espaço junto ao trabalhador, que desconfiado e calejado, pensa muito antes de qualquer coisa. É um quadro complexo hoje. Os trabalhadores da região aguardavam o tempo todo a adesão dos seus companheiros daquela cidade. Era comum se ouvir: "Quando Guariba vai parar?" Bastou um toque. A insatisfação era geral e chegava a níveis perigosos que nos lembravam o ano de 84. As assembleias foram concorridas: 3, 4 ou 5 mil trabalhadores em cada uma. Na penúltima assembleia, o suposto líder José de Fátima, já bastante desgastado, tentou um jogo de cena. Após atacar membros da Comissão Pastoral da Terra, que apoiavam a greve, puxou um papel que, segundo ele, convocava eleições do sindicato para setembro e o assassinou em público. Houve princípio de tumulto, que felizmente não se degenerou. Terá coragem agora de publicar esta convocação?

Os migrantes

Um fator novo na organização dos bôias-frias, e em especial no movimento grevista dado recentemente, foi a par-

ticipação dos mineiros, que sempre ficavam arredios em outras oportunidades. Esta participação, entretanto, não chegou a ser total, visto que somente os migrantes residentes nas periferias das cidades é que aderiram. Os que vivem em barracos, confinados nos campos, principalmente em terras do Grupo Corona, não aderiram, tendo em vista o controle social por parte dos fiscais e das usinas, ser bem mais forte nestes locais. A adesão dos migrantes pode ser considerada fruto do trabalho que a Igreja vem desenvolvendo no Vale do Jequitinhonha, com as constantes idas e vindas de agentes de pastoral daquela região para a diocese de Jaboticabal e de Jaboticabal para lá. Inicia-se um processo de conscientização muito lento que aos poucos vai dando seus primeiros frutos. Ao lado da participação da mulher, esta participação dos migrantes se constituiu também num novo salto de qualidade na organização.

O que se conseguiu

A greve chegava num impasse. Havia uma contraproposta patronal que se não fosse aceita, tudo corria o risco de ir para o dissídio, e aí a lei era mais desfavorável em termos econômicos para o trabalhador. Diffícil o trabalho da liderança. Alguns municípios já davam sinal de cansaço. Parar por dez dias é muito duro, para uma classe que ainda não tem uma estrutura organizacional muito forte.

Assim as assembleias aprovaram o seguinte: preço da diárida, Cr\$ 190,80 (era reivindicado Cr\$ 200,00); preço por tonelada da cana de 18 meses, Cr\$ 45,54, e as outras canas Cr\$ 45,53 (era reivin-

dicado Cr\$ 6,00 o metro para a cana de 18 meses e Cr\$ 5,00 o metro das outras canas). Desta forma fora parcial a vitória da greve dos 120 mil bôias-frias que voltaram ao trabalho.

Um novo sindicalismo

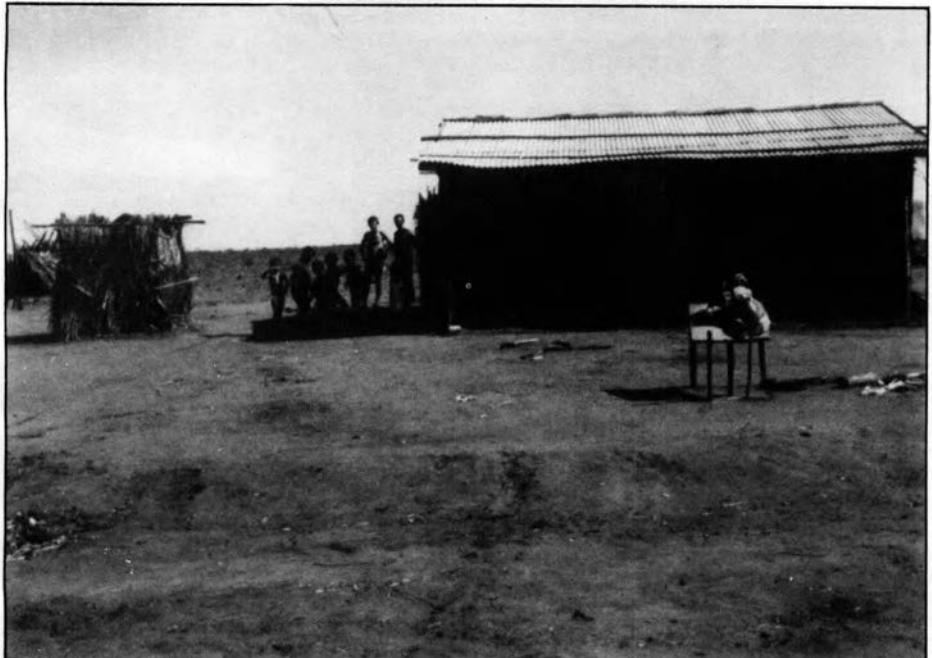
Desta vez sem a presença ostensiva e maciça da Polícia Militar, que em outras greves se notabilizou pela repressão (lembrem-se de Leme?), os trabalhadores puderam realizar o seu protesto da forma mais pacífica possível. Houve sim algumas detenções de trabalhadores num piquete, mas notava-se uma atuação "diferente" da repressão. Livres, as lideranças puderam se desenvolver melhor.

Na esteira dos movimentos sociais dos assalariados no campo do estado de São Paulo, nasce um novo sindicalismo. Velhas lideranças, com raras exceções, não suportam mais o peso da organização exigida pelos trabalhadores. Desta forma, estão sendo substituídas por lideranças novas emergidas do pós Guariba-84. É o caso de citar aqui que o sindicalismo no norte do estado de São Paulo está sendo "tomado" pelos assalariados.

Exemplos: Barrinha, Pitangueiras, Serrana, Doblada e outros. Mais aguerrida, uma nova liderança, embora ainda inexperiente, vai catalizando o descontentamento popular e se firmando cada vez mais. O que se requer agora — e isto é uma preocupação de entidades de apoio — é uma melhor formação destes quadros. Para isto estão sendo montados cursos de formação, avaliações, treinamentos etc.

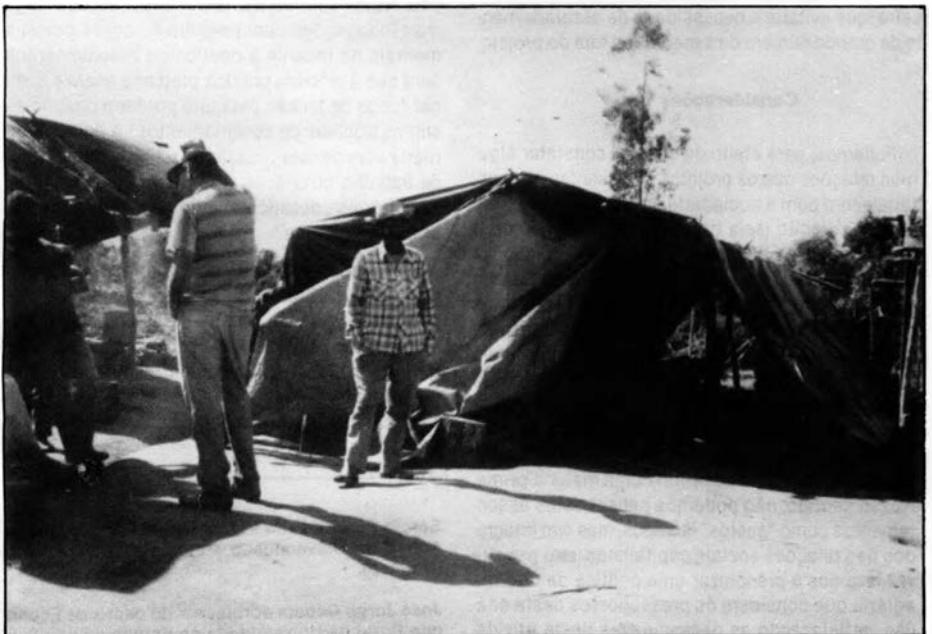
O novo sindicalismo vem enfrentando muitíssimas dificuldades. Dentre elas, destaca-se o vício do paternalismo que sempre marcou o sindicalismo no campo. Com a perspectiva da CUT ainda não totalmente sedimentada na área rural da região, o novo sindicalismo encontra apoio na CPT, além é claro do seu órgão de representação, a Fetaesp, que de certa forma tem atendido a seus interesses, no que diz respeito à elaboração da pauta de reivindicações e sua divulgação.

Finalmente, numa conjuntura político-econômica tão complexa em que vivemos hoje, a decisão dos trabalhadores de entrar novamente em greve, ainda nesta safra, pode ser concretizada. O pagamento por tonelada de cana cortada continua a ser o grande fator de descontentamento, sendo a remuneração por metro a grande bandeira de luta dos "operários do campo".



Assentamentos em São Paulo: o caso de Silvânia

Sérgio Pereira Leite e José Jorge Gebara



A alguns assentamentos assemelham-se a verdadeiras favelas, com total falta de infraestrutura.

Inicialmente, ao abordarmos a política fundiária referente à implantação de diversos assentamentos no estado de São Paulo, queremos explicitar que há uma distinção entre os projetos que visaram a relocação da população rural para fins de construção de barragens hidroelétricas e aqueles que tiveram objetivos de reforma agrária. O caso de Silvânia se refere a este último.

A política fundiária estadual antecede a política de reforma agrária do governo federal, que se dá via Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). É importante ressaltar, no entanto, que o governo estadual não tem poderes para desapropriar imóveis privados, cabendo-lhe somente a utilização dos imóveis públicos.

Assentamentos no estado de São Paulo

Existem hoje 23 assentamentos no estado, ocupando cerca de 75% da área total dos imóveis públicos destinados à implantação de núcleos de assentamentos. A maioria dos projetos surgiu por pressão dos trabalhadores rurais — organizados pelos sindicatos ou pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra — através de ocupações.

Em termos de organização da produção, os assentamentos distinguem-se entre os "tipos" coletivo, semi-coletivo ou lotes por família. Na maioria dos núcleos existe uma associação dos beneficiários, responsável pela condução dos projetos. A representatividade dessas associações, em alguns projetos, tem sido questionada pelos próprios assentados.

Dos 23 projetos, sete são caracterizados como emergenciais, onde a área por família não é suficiente para garantir um mínimo de atividade econômica razoável. Em termos de infraestrutura, a maior parte dos assentamentos apresenta precárias condições de saneamento básico, moradia, saúde e educação.

Em alguns projetos, há bôias-frias; em outros, são incluídos ex-arrendatários e ex-parceiros. Em alguns casos, a terra é boa; em outros, como em Araraquara, são ruins. Isso demanda a correção do solo com investimentos, o que implica no aumento dos custos desses projetos.

Na safra de 1985/86, o único assentamento que apresentou resultados negativos foi o projeto Araraquara 1. Os outros obtiveram um saldo líquido familiar mensal que variou de meio a quase três salários mínimos.

Breve análise do caso de Silvânia.

Os projetos do Horto de Silvânia situam-se no município de Araraquara, que por sua vez pertence à Divisão Regional Agrícola (Dira) de Ribeirão Preto, uma das regiões mais capitalizadas do país sob predomínio da cultura da cana-de-açúcar. As terras onde se localizam os núcleos Araraquara 1, 2, 3, 4 e 5 são de propriedade das Ferrovias Paulistas S.A. (Fepasa) e administrados pela Companhia Agrícola, Imobiliária e Colonizadora (Caic).

Com relação à forma de constituição dos cinco núcleos, deve ser ressaltado que apenas o projeto Araraquara 3 teve seus beneficiários selecionados

de acordo com a proposta do Instituto de Assuntos Fundiários. Nos demais núcleos teve-se: no caso do projeto Araraquara 1, a ocupação da área por trabalhadores cadastrados pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araraquara (Stra); no caso do projeto Araraquara 2, a transferência de trabalhadores que haviam invadido uma área pública no município de Pradópolis; e nos casos dos projetos Araraquara 4 e 5 ocorreu invasão no próprio Horto (o projeto Araraquara 5 encontra-se ainda sob o estigma de acampamento, dado que ainda não foi legalizada sua situação, enquanto projeto de assentamento).

Quanto à origem dos trabalhadores destes projetos, prevalece a condição de trabalhador volante (bôia-fria) como ocupação predominante anterior à entrada no projeto. No caso do segundo núcleo, houve também a inclusão de pessoas ligadas ao baixo terciário, caracterizando uma situação política circunstancial, que marcou a organização desse assentamento. Ressalta-se que no assentamento Araraquara 3, o único que percorreu o planejamento sugerido pelo IAF, existe significativo número de assentados que originalmente eram meeiros e arrendatários.

A implantação dos projetos deu-se em épocas diferentes: o primeiro, em julho de 1985; o segundo, em outubro do mesmo ano; o terceiro e o quarto, em agosto e outubro de 1986 respectivamente; o quinto núcleo (ainda acampamento) surgiu em fins de 1986. Assim, só os dois primeiros projetos tiveram oportunidade de produzir por duas safras (85/86 e 86/87). Os núcleos 3 e 4 produziram apenas na safra de 86/87. No último, os trabalhadores mantêm-se na área apenas para obter a liberação das terras, praticando cultura de subsistência.

No tocante à organização da produção, nos projetos 1 e 2 estabeleceu-se um sistema coletivo de produção, onde as terras foram cultivadas por todos e o produto foi dividido proporcionalmente em relação ao tempo de trabalho de cada assentado. É importante frisar que na primeira safra as associações dos beneficiários dos núcleos 1 e 2, que são proprietárias dos equipamentos agrícolas, foram responsáveis pelas atividades de preparo, plantio e cultivo das terras. Na atual safra (86/87), embora as máquinas ainda pertençam formalmente às associações, houve uma divisão em grupos de trabalho em ambos os núcleos, deixando transparecer uma tendência à futura divisão em lotes individuais por família. Aqui as operações mecânicas ainda foram coletivizadas e as atividades onde é utilizado o trabalho braçal foram feitas pelos grupos formados, o que permitiu maior controle sobre o processo de trabalho. Em moldes gerais, os núcleos 3 e 4 também optaram pela forma de trabalho coletivo, pelo menos na atual safra.

Cumpre esclarecer que a tendência à individualização dos lotes, acirrada após o primeiro ano de atividade, pode estar relacionada à frustração da safra 85/86, comprometendo a experiência coletiva de trabalho. Ou seja, o resultado econômico negativo advindo de problemas diversos (atraso no plantio, falta de equipamentos, forte seca etc.) está influenciando os trabalhadores a preferirem o sistema individual de exploração, que prevalece no sistema capitalista de produção.

Algumas necessidades presentes nas reivindicações dos assentados refletem a atual condição dos



projeto e permitem verificá-las a insuficiência da política fundiária do governo estadual. Assim, temos, nos cinco núcleos, péssimas condições de habitação, ausência de sistema educacional mais abrangente, falta de água e energia elétrica, precárias condições de assistência médica e dentária, provocando desestímulo crescente nos trabalhadores. Isto evidencia a inexistência de uma articulação dos diversos organismos públicos (Secretaria da Saúde, Habitação etc.) na condução da política de assentamentos, fazendo com que boa parte das intervenções estatais ocorram de forma imediatista.

Da mesma forma, com relação às atividades produtivas, dada a não-capitalização dos assentados e a carência de mecanismos adequados de financiamento, percebe-se flagrante insuficiência de equipamentos. Estes permitiriam melhor desempenho da atividade agrícola, inclusive a possibilidade de utilização das terras após a colheita das culturas principais com culturas irrigadas de entressafra, que evitaria a necessidade de assalariamento de grande número de assentados fora do projeto.

Considerações finais

Podemos, para efeito de análise, constatar algumas relações que os projetos de assentamento estabelecem com a sociedade em geral. Ou seja, para obter crédito (seja de custeio, investimento ou de comercialização), os núcleos têm que recorrer ao banco (no caso, a Caixa Econômica do Estado de São Paulo). Para poderem produzir, seguindo a orientação técnica, os assentados incorporaram uma série de insumos inerentes ao processo produtivo (como fertilizantes, pesticida, implementos etc.). Da mesma forma, para venderem sua produção, é necessário a transação com o grande atacadista ou com alguma agroindústria, quando o produto básico dos projetos se constitui numa matéria-prima. Nesse sentido, não podemos pensar estes assentamentos como "guetos" isolados, mas sim integrados nas relações sociais capitalistas. Isto por sua vez leva-nos a preconizar uma política de reforma agrária que considere os pressupostos desta análise, satisfazendo as necessidades desta atividade produtiva, que não apresenta, no simples aces-

so à terra, seu fator de propulsão, mas sim tem o capital o epicentro do processo de desenvolvimento.

Especificamente no caso de Silvânia, o que se percebe é a falta de meios adequados para se fazer uma produção agrícola eficiente. Faltam tratores, faltam implementos, faltam insumos modernos em quantidade suficiente, ou seja, falta capital. Os beneficiários dos assentamentos tiveram atendida sua demanda por terra sem que isso lhes melhore o padrão de vida e condições de trabalho. Na realidade, a demanda por terra, quando suprida, gerou demanda por capital não suficientemente atendida.

Isto nos remete a levantar algumas questões sobre o perfil assumido pela política fundiária. Assim, enquanto no "discurso oficial" se pretende a melhoria do nível sócio-econômico dos trabalhadores, o que se tem na prática não comprova esta afirmação. Neste sentido é que podemos esboçar algumas indagações com respeito às ações governamentais no tocante à política de assentamentos: será que a referida política pretende apenas eliminar focos de tensão pela luta por terra criando assim os núcleos de assentamentos? A política fundiária vem bancar o custo de reprodução da força de trabalho, ou criar os chamados "assentamentos-dormitórios", desencubando desta tarefa os próprios capitalistas?

Se realmente a política fundiária visa a atingir os objetivos de melhoria do padrão de vida da classe trabalhadora, ao assegurar-lhe uma integração ao processo capitalista, ela necessitará de uma redefinição das diretrizes básicas de ação, o que implicaria alterações na atual correlação das forças políticas presentes na sociedade.

Sérgio Pereira Leite é professor do depto. de Economia da Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep).

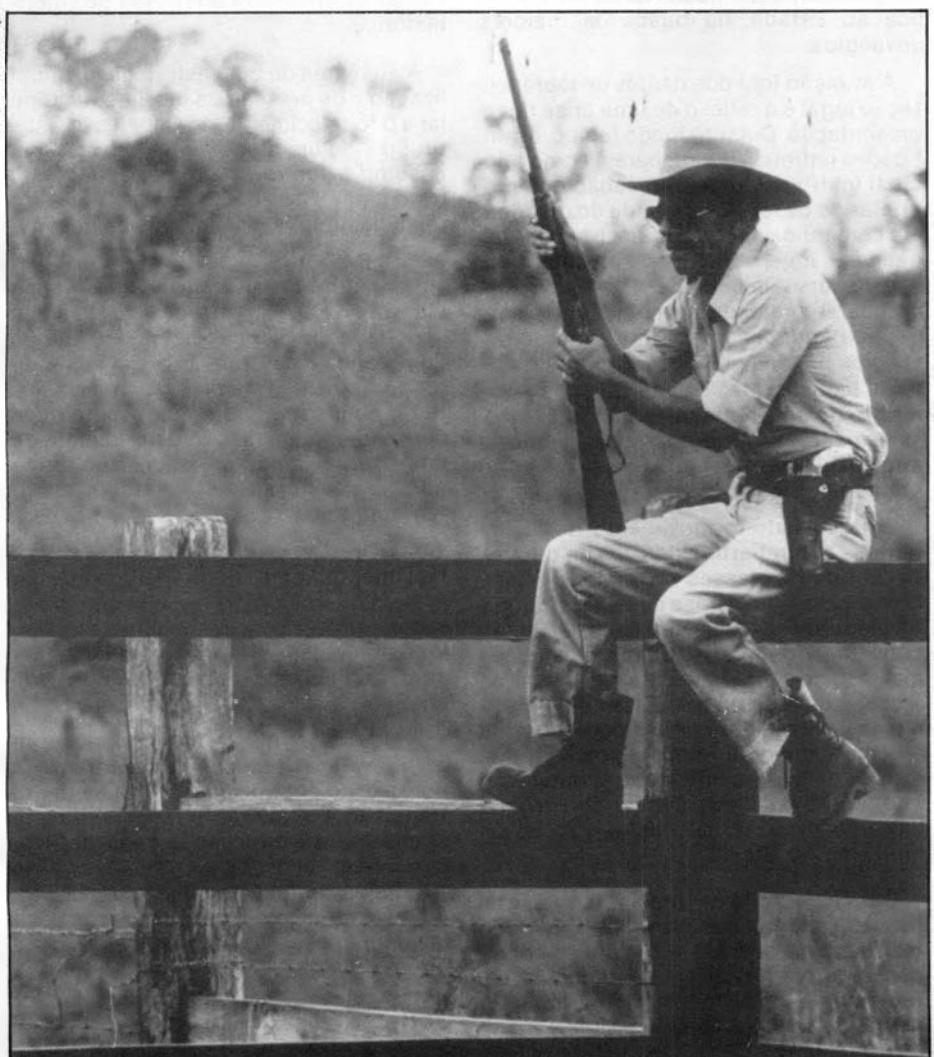
José Jorge Gebara é professor do depto. de Economia Rural da Universidade do Estado de São Paulo (Unesp/Jaboticabal).

UDR

Para além da violência

Regina Bruno

Orlando Britto/Veja



A UDR é constantemente acusada de contratar pistoleiros para assassinar lavradores.

As denúncias sobre o caráter violento da UDR (União Democrática Ruralista) são necessárias como instrumento de luta política, mas pouco explicitam sobre a natureza deste movimento político e social que despontou no bojo da *grita* e das *omissões* à reforma agrária, mas que não ficou por aí. O recurso à violência é a sua face aparente, mas não necessariamente a mais comprometedora. Para além da violência, a UDR detém legitimidade para encaminhar publicamente suas demandas em torno de um conjunto de questões predominantemente, mas não exclusivamente ligadas à agricultura. Ela representa o ataque ao projeto camponês, e a tentativa de inviabilização do projeto democrático brasileiro.

Por isso é necessário refletirmos além do conjuntural que se explicita apenas no campo do jogo político. E para isso é importante que começemos afirmando com todas as letras, que o "fenômeno UDR" pegou-nos de surpresa, e mostrou quão desatualizados estamos em nossas análises sobre a realidade brasileira. Não temos uma visão clara das estruturas de classes no campo, produto da modernização da agricultura. E nesse sentido não sabemos quem é a burguesia agrária, enquanto expressão política de classe. Restringimo-nos à avaliações generalizantes, que apenas dão conta das situações-limite. Ao discurso do *desde* o latifúndio e do *até* o empresário. Por outro lado, reafirmamos o mito do secular e do arcaico como critério de avaliação do latifúndio, contribuindo assim para descharacterizá-lo enquanto expressão de classe. E o que deveria ser o ponto de partida, transforma-se no de chegada.

Acredito que a compreensão da UDR abre um novo espaço de reflexão a partir do qual podem ser recolocadas algumas questões pertinentes à formação e à diferenciação das classes sociais, e ao processo político brasileiro. A modernização da agricultura criou novos personagens e manteve "maquiados", os velhos. Articulou novos interesses que redefinem novas e velhas alianças que emergem numa teia de relações amplas e complexas. Tentar refletir sobre isso é fundamental para fazer avançar a luta pela terra e pela reforma agrária.

A grita contra a reforma agrária, esperada nas áreas tradicionais, emergiu e organizou-se sobretudo nas regiões diretamente beneficiárias da modernização: o centro-sul. Organizados enquanto classe, compondo alianças entre si, "modernos" e "tradicionais" proprietários de terra, sentiam-se ameaçados e, juntos, defenderam o lucro e a renda. E os demais setores da burguesia, apesar das declarações de apoio ao projeto reformista, continuaram omissos, aliás como sempre estiveram, quando fazia-se necessária uma base política de sustentação mais ampla.



Sindicalistas rurais e membros da UDR trocam empurrões nas dependências do Congresso Nacional.

Mas a reação deixou de ter expressão apenas dentro e através dos aparelhos do Estado. No campo, em especial naquelas regiões onde é mais grave o conflito de terra, os grandes proprietários organizaram-se em grupos de pressão e de solidariedade, e formaram milícias na defesa da classe e da propriedade privada da terra.

Na esteira desta reação surge a UDR. Mais ágil, com o discurso do novo e legitimando a violência. Aglutinando em torno de suas propostas os inúmeros grupos de resistência, as Associações de Produtores — que transformaram-se em grupos de pressão — e os sindicatos patronais das regiões de conflito.

Sua base social prioritária, mas não exclusiva são os pecuaristas, "os primeiros alvos da reforma agrária", para quem a propriedade da terra é o instrumento de reprodução de classe. Mas desde o início, um número considerável de médios e grandes proprietários, vinculados ao complexo agro-industrial, apoiaram e participaram do projeto UDR.

Este primeiro momento de constituição da UDR, já aponta para duas particularidades. A primeira consiste na priorização pelos desdobramentos que a luta pela reforma agrária assume, em especial as invasões de terra. A segunda, funda-se na atuação fora dos canais legais de representação patronal.

Estas duas particularidades justificam-se pela natureza de seus objetivos: na raiz da organização da UDR está o ataque ao projeto camponês.

Ronaldo Caiado e Plínio Junqueira Júnior tinham em comum a visão da inevitabilidade da violência no campo, e a necessidade de limitar o avanço da Igreja "progressista" e do movimento dos sem-terra. Eles estabeleceram como linhas principais de ação: o enfrentamento dire-

to com os trabalhadores rurais, a preparação de uma guerra no campo, que incluía a formação de milícias a serviço dos grandes proprietários de terra; a reconstrução de uma identidade de classe e a crítica ao Estado, na busca de maiores privilégios.

A atuação fora dos canais de representação legal é o reflexo de uma crise de representação. Durante longo tempo, as entidades patronais funcionaram como principal instrumento de unificação dos proprietários de terra. A unidade do discurso era construída na força invencível das lealdades. E, hoje, a UDR tenta resgatar para si o discurso da unidade. Ao mesmo tempo que se pretende formuladora de uma política agrícola, que reflete maiores privilégios para os grandes proprietários de terra. Para isso, fazia-se necessária a formação de uma entidade autônoma, avessa às negociações burocráticas. E que se substituisse, na prática, a ação político-partidária.

Por seu lado, o movimento dos sem-terra — contrapartida da UDR na dinâmica da luta de classes no campo — também expressa uma crise de representação. As instituições legais sindicais não estão conseguindo absorver as manifestações mais radicais e cada vez mais expressivas de seus representados. Esses dois movimentos, entendidos como processo social e como campo de força, expressam momentos de luta e conflito que apontam para alternativas diferentes na construção da democracia, e na constituição do capitalismo no Brasil.

Com a garantia de que a reforma agrária não seria mais realizada e com a certeza de que a sociedade tão pouco cobra o recuo da Nova República, abre-se então uma segunda fase da UDR, que corresponde ao seu momento de expansão e consolidação. Esta segunda fase define-se prioritariamente pela atuação no cam-

po jurídico. Suas principais linhas de atuação consistem: na formação de um arsenal jurídico de apoio aos proprietários de terra e ao Congresso Constituinte, na garantia de uma maior participação e controle nas comissões agrárias estaduais, e na busca por uma maior representação no Congresso Constituinte.

Nesse momento, o ataque ao projeto camponês dirige-se às novas formas de resistência e de luta dos trabalhadores rurais. A UDR condena como tradicionais e arcaicas todas as formas coletivas de trabalho, de produção e de propriedade: a ajuda mútua, a roça coletiva, o dia trocado etc. Ela percebe que, hoje, essas práticas têm novo significado. Elas transformaram-se no instrumento de organização dos trabalhadores rurais na busca de formas alternativas de trabalho e de ocupação das terras. Enquanto arautos da modernidade a UDR ataca o tradicionalismo e a manutenção de práticas arcaicas

porque percebe que isso representa a possibilidade do surgimento de novas formas de organização social e política na construção de uma nova dimensão de sujeito histórico.

A ausência de uma estratégia de mobilização e de pressão do movimento popular e o fortalecimento, no Congresso Constituinte, de um bloco à direita que busca assumir o controle da transição, abre um novo campo de atuação da UDR que, fortalecida, amplia seus canais de negociação e suas alianças.

Por outro lado, além do recurso à violência, ela procura dividir e inviabilizar a possibilidade de alianças no campo. E o faz disputando o controle do pequeno produtor modernizado, através de uma proposta de política agrícola que nega a questão fundiária: do discurso da solidariedade de todos contra o Estado, e de formação de lideranças e de núcleos "comunitários".

A UDR aproveita-se da fragilidade do movimento social na construção de um projeto que incorpore esse pequeno produtor, fruto e vítima da modernização, isolado nos bolsões de modernidade e também excluído do debate político mais amplo.

A UDR mostrou que tem força para fazer prevalecer seus interesses frente às novas condições do desenvolvimento e da transição. E o faz tanto resgatando e recriando seus instrumentos tradicionais de dominação, como se apossando do novo. A simbiose entre práticas modernas e tradicionais é, na realidade, a sua estratégia de dominação. Os trabalhadores rurais que o digam!

Regina Bruno é professora e pesquisadora do CPD/UFRRJ.

Igrejas cristãs e a luta pela terra

Ivo Poletto



Eucaristia: ponto culminante na caminhada de luta pela terra.

Os camponeses e trabalhadores rurais que cultivam e lutam pela terra, no Brasil, relacionam-se com a terra vivenciando uma relação com Deus.

—“A terra é de Deus.”

—“Não temos notícia que Deus tenha vendido terra a alguém. Como pode então alguém dizer que a terra é propriedade sua?”

—“Deus não deu a terra a alguns para fazerem negócios.”

“A terra é de todos, disse Deus a Adão, toma e cultiva, tira dela o teu pão.”

Estes, entre outros, são dizeres populares que expressam, ao mesmo tempo, várias dimensões: mediação teológica para entender o sentido da terra; a terra como mediação histórica para a relação com Deus; a humanidade tem

uma dignidade, um direito comum à terra como condição da vida; a propriedade tem um começo (algum homem se apropriou de um bem de todos, passando a ter um domínio sobre uma parte da terra, inventando o negócio de terras em seu benefício); assim sendo, lutar pela libertação da terra é fazer a vontade de Deus.

É tão profunda esta dimensão religiosa dos camponeses e trabalhadores, que um sociólogo gaúcho, ao analisar as possibilidades do crescimento do Movimento dos Sem Terra, assim se expressou: “Se tirarem essa mediação religiosa, o movimento se esvazia”.

Qual a origem e fundamento desta teologia e espiritualidade populares? Seria um mérito direto da evangelização cristã que completa 500 anos junto com a colonização portuguesa? Ou será um

“milagre” divino operado através dos mais oprimidos dos oprimidos da história do Brasil, os chamados “índios”, com suas religiões tão desprezados? Ou seria também um “milagre” divino realizado com a colaboração das populações africanas comercializadas aqui como escravos pelos homens, sociedades, impérios, congregações e mesmo igrejas cristãs?

Estes serão alguns dos desafios presentes neste rápido artigo. Procuraremos analisar as práticas pastorais das igrejas cristãs em relação à luta pela terra desenvolvida nos últimos anos, mas nosso intuito ultrapassa qualquer visão ufanista, buscando no processo real as raízes verdadeiras do atual envolvimento de igrejas cristãs, explicitando em particular suas contradições e os desafios para o futuro.

O Pai se revela mesmo é aos pequenos

Seria falso afirmar que o catolicismo aportou no Brasil trazido por discípulos de Jesus, parecidos com apóstolos escolhidos, preparados e missionados diretamente pelo Senhor. Ao contrário. Em vez de pescadores ou outros oprimidos e desprezados pela sociedade, o evangelho de Jesus chegou em navios de colonizadores, a catequese estava subordinada ao poder do rei, o batismo era também certidão de civilização. Em outras palavras, o Evangelho entrou preso em profundas contradições, sendo historicamente mais do "anúncio e acolhimento" do reino cristão de Portugal do que anúncio o acolhimento do Pai através do Evangelho de Jesus. As dificuldades dos missionários teriam um paralelo histórico se Jesus, em vez de nascer desconhecido em Belém, filho do carpinteiro José e da pobre Maria, tivesse nascido no palácio real, no templo dos sumos sacerdotes, entre os anciãos; ou se Jesus, em vez de receber e definir sua missão na convivência com os oprimidos, na meditação do deserto, renegando as propostas metodológicas de satanás, na busca de realizar fielmente a palavra de Deus, acertasse sua missão com os sumos sacerdotes e anciãos, negociando, como eles, também com o representante do imperador romano... (conforme Mt 4,1-11; Lc 2)

Não seríamos justos se esquecessessemos as lutas de alguns missionários contra os interesses dos colonizadores, combatendo a violência e a escravização praticadas em relação ao povos in-

dígenas. Esta leitura, porém, seria ideológica e apologética se não reconhecermos que a tendência predominante do cristianismo, que chegou às terras do Pindorama, foi a de uma religião associada e comprometida com os interesses do império colonizador. A catequese cristã, por isso, nada terá a dizer em relação às "doações de terra" feitas pela coroa a alguns privilegiados; continuará a ter pouco a dizer em relação à apropriação progressiva das terras indígenas, destinadas aos engenhos de açúcar, depois às fazendas de café; pouco dirá também em relação à apropriação privada de índios e negros, comprados e tornados propriedade privada e mercadorias dos grandes fazendeiros e proprietários de terras.

Em outras palavras, o cristianismo, através dos missionários e das instituições religiosas, não só não anunciou um Evangelho do sentido teológico da terra, mas, ao contrário, justificou a apropriação privada e privilegiada da terra, aceitando e reivindicando privilégios para si próprio, tornando-se generalizada a apropriação de terras e mesmo de escravos por parte de instituições religiosas. Poderiam ser consideradas exceções a esta regra as chamadas "reduções" indígenas, ainda que sua diversidade e suas contradições internas deveriam merecer um sério exame crítico. É provável que tenham sido mais instrumentos de defesa contra a violência dos escravizadores do que experiências reveladoras de evangélico conteúdo teológico na relação com a terra e com as culturas não-europeias.

O que afirmamos para o Brasil vale, ainda que com algumas diferenças, para o conjunto da América Latina. E o que afirmamos em relação à Igreja Católica será válido para as demais igrejas cristãs? Acredito que sim. Em relação à terra, à propriedade privada, todos anunciam uma doutrina moralista de "respeito", sendo pecaminoso desejar a propriedade alheia. Alguns deles, com sua teologia da predestinação e da bênção divina ligada à posse de bens materiais, forneceram, sem dúvida, excelente justificativa religiosa não só à propriedade de terra, mas à apropriação da maioria social por parte dos capitalistas.

Diante deste quadro nada abonador para as igrejas cristãs, cabe uma questão perturbadora: como é que Deus manteve viva sua mensagem em relação à terra? Através de quem foi mantida, na prática, a memória perigosa contida na mensagem bíblica em relação à terra e à realização da humanidade nela? Quem terá expresso em sua vida as "dores de parto" sofridas por toda a natureza, na sua expectativa de ser "liverta da escravidão da corrupção para entrar na liberdade da glória dos filhos de Deus" (Rm 8,18s)?

Precisamos louvar ao Pai pela sua bondade. Ele, em vez de abandonar as igrejas de Jesus, fez-lhes maravilhosa surpresa: manteve vivo seu evangelho e seu desígnio em relação à terra como lugar de realização plena da humanidade em culturas, pessoas e comunidades desprezadas pela "civilização cristã", a saber, os povos indígenas, as comunidades negras e os camponeses marginalizados! Seríamos presunçosos se nos julgássemos os fiéis anunciantes do Evangelho bíblico em relação à terra ou os redescobridores exclusivos desta mensagem, vivenciando-a através da Pastoral da terra ou outras formas de pastoral em favor da libertação da terra. Quem manteve viva esta mensagem foram as culturas dos diversos povos indígenas e dos negros. E sua teimosia, sua resistência à dominação sócio-político-económico-cultural da civilização capitalista, seu amor à terra como condição primordial da vida, da cultura e da religião, trouxe até nossos dias esta visão teológica da terra. Não de forma perfeita. Em seus limites e contradições, porém, manteve e transmitiu esta visão bíblica da terra. Aliás, também a experiência do povo de Israel viveu apenas limitadamente, e com grandes contradições, a mensagem divina em relação à terra.

Assim sendo, temos todos os motivos para rezar como Jesus: "Eu te louvo, Pai,



Senhor do céu e da terra, porque oculaste estas coisas aos sábios e entendidos e as revelaste aos pequeninos. Sim, ó Pai, porque assim foi do teu agrado" (Lc 10,21). Longe de negar o sentido da Igreja, como mistério e sacramento da libertação realizada por Jesus Cristo, este reconhecimento nos faz humildes discípulos de Jesus, buscando nos sinais dos tempos a vontade do Pai. Em relação à terra, Deus nos permitiu descobrir sua mensagem através desses povos que foram violentados por uma cultura individualista, exploradora e dominadora, ideologicamente "cristã". E hoje, procurando modificar nossa relação com esses amados de Deus, nos sentimos impulsionados a um testemunho e a um anúncio evangélico do sentido teológico da terra, alimentando com nossa "pastoral da terra", com nosso aprofundamento bíblico e com a busca de nossa espiritualidade, os cristãos e homens de boa vontade que se organizam para lutar pela libertação da terra.

Já o Roberto Ripper/F4



mo Jesus, que nem tinha uma pedra onde reclinar sua cabeça (Mt 8,20)?

Utopia? Radicalismo? Quem assim interpreta este desafio precisaria, no mínimo, examinar as bases reais de seus critérios de avaliação da fidelidade ao convite de Jesus. Sem ser livre como Jesus, limitado será o anúncio do seu Evangelho. Inclusive o Evangelho de Deus em relação à terra.

2) Por outro lado, temos um outro claro desafio: como Deus quer que se viva, se organize a posse e se cultive a terra?

Nada fácil a resposta. Primeiro porque não é correto buscar modelos na experiência histórica do povo de Israel, dos primeiros cristãos ou de cristãos que viveram em outras épocas. Sua realidade social era diferente da nossa. E a humanidade tinha menos recursos de conhecimento e de técnica. Por outro lado, uma das dimensões do Evangelho de Deus em relação à terra é a de que cabe aos homens a responsabilidade de "dominá-la e cultivá-la" (Gn 1,26-30).

Deus sugere, anuncia e denuncia por meio dos profetas, mas não substitui a liberdade da humanidade.

Buscar a vontade de Deus, o designio de Deus, o Evangelho do Pai em relação à terra, no Brasil de hoje, significa, antes de tudo, recolher a revelação de Deus presente na vida humana, nas experiências que tentam vivenciar a relação com a terra como uma relação com Deus. Significa também analisar e denunciar as experiências que transformam a terra em meio de aumentar o domínio, a exploração e o privilégio.

As igrejas cristãs têm clara sua missão em relação à terra? Algumas fizeram mais caminho, outras apenas começaram e outras estão ainda amarradas pelas teias de cultura capitalista dominante. É preciso aprofundar esta questão. A reflexão teológica é indispensável para definir ações pastorais capazes de realizar a missão de uma igreja de Jesus em relação à terra no Brasil.

3) Não é suficiente a reflexão teológica. No Brasil, sorte da terra está hoje em dia ligada à luta pela terra. Não pelo gosto de lutar. Nem por decisão das classes oprimidas. Ao contrário, a apropriação monopolizada da terra pela classe capitalista, transformando-a em mercadoria, meio de exploração, objeto de especulação, fonte de concentração do poder e da riqueza, produziu historicamente os "sem terra" e a necessidade imperiosa da luta popular pela terra. É a violência do monopólio que provoca, como seu contrário, a luta popular pela terra. E só a luta pela terra pode libertar a terra das cercas capitalistas. Os capitalistas são incapazes de realizar tal tarefa por serem servos do capital, administradores da lógica capitalista, voltada inevitavelmente para o lucro crescente, para a concentração e centralização da riqueza sob a forma de capital. Mais ainda, estas relações capitalistas tendem a reificar também as pessoas, fazendo que todos sejam objetos do movimento "personalizado" das mercadorias, especialmente a mais fechada de todas elas: o dinheiro.

A teologia é suficiente para realizar a análise das contradições da socieda-

Desafios presentes e futuros

1) Redescoberto, por esses misteriosos caminhos tortuosos em que Deus escreve reto, o Evangelho de Deus em relação à terra, não podem as igrejas cristãs se acomodar. Não podem, depois de posta a mão no arado, olhar para trás. Não serão dignas do ministério da evangelização se, uma vez convidadas a serem perfeitas através do abandono das riquezas apropriadas, tiverem saudades dos privilégios ou se deixarem seduzir pelos argumentos com que os capitalistas justificam suas propriedades e apropriações. É preciso manifestar na prática a fidelidade. Não bastam belos discursos e boas intenções. (Mt 7,21s)

Não é preciso olhar muito em volta para ver que há muito caminho a andar em direção a esta fidelidade. Ser agradecidos a Deus pelo tanto de conversão que ele operou em suas igrejas não significa deixar de ver que há ainda muita infidelidade, muito gosto pelo privilégio, muito apego à propriedade de terra, muita vontade de auferir lucros às custas do trabalho alheio. Estamos longe de ser a "comunidade de Jesus", sua igreja, sinal, sacramento e instrumento da libertação plena da humanidade, que passa necessariamente pela libertação da terra.

Aqui o primeiro desafio: como libertar-nos do gosto capitalista, confiando e testemunhando mais o poder de Deus do que o poder de nossas propriedades e espertezas (Mc 10,17-22)? Quando nossas igrejas serão livres co-

de capitalista brasileira? Certamente, não. Sua palavra sobre esta sociedade depende da contribuição da análise sociológica. Sem esta mediação, sua palavra será menos histórica, menos eficaz para a sociedade que pretende servir em seu caminho de libertação.

Aqui, então, outro desafio: as igrejas cristãs, para realizarem sua missão evangelizadora em relação à terra no Brasil, precisam aprofundar sua análise sociológica da questão da terra. E precisam empregar, com toda a liberdade, e sob pena de não serem fiéis a Deus, os instrumentais científicos que ajudem a analisar as contradições sociais geradas pelo capital que domina nossa sociedade. Mesmo não sendo suficiente, a análise sociológica, realizada por Marx, é um marco indispensável. O método desenvolvido por ele é uma produção da humanidade que caminha para sua libertação integral. Não assumi-lo, a pretexto de ideológicas prudências, pode significar uma negação a Deus que impulsiona e atrai a humanidade ao seu Reino, agindo em todos os homens que doam sua vida pelas pessoas que amam. Marx doou a sua pelos oprimidos e explorados da sociedade capitalista. Por isso, continuando o que ele iniciou, sem mistificações e dependências, precisam as igrejas do método histórico dialético, desenvolvido por ele para analisar criticamente nossa sociedade e perceber as tendências e possibilidades históricas de fazer o caminho da libertação.

4) Outro desafio emergente é este: contribuir com o processo político que vai explicitando um projeto popular para a sociedade brasileira. Foi acertada a prática de não substituir os sindicatos, na organização das classes oprimidas, e os partidos, na articulação das classes e setores sociais oprimidos em vista de construir o poder popular, derrocando a dominação das classes capitalistas. Foi correta por ter alimentado o engajamento sindical e partidário, provocando sua organização autônoma. Agora, com o avanço das lutas, diante da necessidade de superar as divisões, diante da dificuldade de as lutas dos sem terra, trabalhadores rurais e pequenos produtores terem lugar reconhecido nos partidos políticos, coloca-se um novo desafio para o trabalho de pastoral da terra: sem deixar de aprofundar a dimensão teológica e espiritual da luta pela terra, é preciso colocar a experiência adquirida a serviço da formulação de uma proposta que unifique as ações das organizações de base, sindicais e partidárias, em vista de apressar a democratização e a socialização que

tornarão realidade a libertação almejada.

Trata-se de tarefa complicada, com riscos. É preciso evitar a transformações da pastoral em partido: isto seria péssima pastoral e má política. Não se pode aceitar nem relação de instrumentalização (do partido ou da própria igreja). O que se propõe supõe o reconhecimento da autonomia das duas práticas: uma na dimensão de um Evangelho de libertação, outra na direção da construção de um poder popular libertador. O desafio é realizar a soma sem absorver uma prática na outra. Ao contrário, caberá à pastoral colaborar para que o instrumento de articulação política das lutas populares seja mais autônomo e forte exatamente pela sua relação real com as bases, pela sua valorização real da força original dos trabalhadores rurais, pela sua prática da democracia, pela sua perspectiva de realizar um processo político que promova a libertação integral dos brasileiros.

5) Finalmente, creio ser fundamental aprofundar outro caminho já começado: o ecumenismo. Não no sentido de acordos formais. O essencial é ter práticas comuns: só elas poderão, com a luz e a força do Espírito, abrir pistas de aproximação doutrinária.

Se desejamos prestar um serviço à unificação das organizações populares, não podemos continuar com o triste testemunho de dividir o Evangelho de Jesus. Na prática da justiça, na busca da libertação, no serviço à organização dos oprimidos poderemos, juntos, buscar a fidelidade de Jesus, pois Ele não aprecia quem fica dizendo Senhor, Senhor, e sim quem põe em prática sua palavra (Lc 6,46-48). A grande necessidade do povo brasileiro que está como ovelhas sem pastor, enterrado na miséria e sem estímulo para esperar e construir um futuro melhor, deveria ser o convite do Pai para que juntemos nossa pouca fé para realizar o rito social da multiplicação dos pães, confiados na promessa de Jesus: "Se tiverem fé, vocês farão coisas maiores do que as que eu fiz" (Jo 14,12).

Mas para isso precisamos unir nossas forças e fraquezas, formando, juntos, a igreja-sinal de que Jesus é o libertador enviado pelo Pai (Jo 17).

Quando possibilitaremos aos homens de hoje o que Cristo significou para seus discípulos: "Felizes os olhos que vêem o que vedes... e os ouvidos que escutam o que ouvís" (Lc 10,23-24)?

Ivo Poletto é assessor da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

LANÇAMENTOS DO CEDI



Dossiê Constituinte II (editor: Cesar Caldeira), Cz\$ 150,00

Reúne artigos inéditos, artigos extraídos de revistas especializadas e teses apresentadas em congressos, além das principais propostas dos movimentos populares, das entidades da sociedade civil e dos anteprojetos em debate.



Povos indígenas no Brasil-85/86,
Aconteceu Especial 17, Cz\$ 330,00

Resumo dos acontecimentos nas áreas indígenas do país, no âmbito da política indígena a nível local, regional e nacional e da política indigenista oficial durante o ano de 1985 e parte de 1986. Traz também comentários assinados por antropólogos, jornalistas, indigenistas, missionários etc.



História dos metalúrgicos de São Caetano, Cz\$ 100,00

Segunda publicação da série *Contribuição ao Debate do programa "Memória e Acompanhamento do Movimento Operário do ABC"* do CEDI, que está voltada para as discussões e reflexões do movimento sindical. O texto aborda as lutas operárias e sindicais em São Caetano do Sul, município do Grande ABC paulista.

**Faça seu pedido através de
cheque nominal para o CEDI**
Av. Higienópolis, 983

CEP 01238 — São Paulo — SP

Romaria da Terra

Edgar Jorge Kolling

Atualmente estão acontecendo mais de trinta romarias da terra pelo país afora, por ano. E nesse construir romarias da terra, com formas diversas, alguns traços são comuns. Já estão consagrados, por exemplo, em linhas gerais, três grandes momentos: a caminhada, a tribuna do povo e a celebração da eucaristia.

O momento da caminhada

É a hora das rezas e preces, dos cânticos e benditos, das denúncias e retratos

da situação. É o momento em que o povo confronta a sua realidade, a sua vida, com a realidade vivida pelo povo de Deus — contada na Bíblia — e o projeto de Deus para esse mesmo povo. É quando o povo percebe a contradição, a distância entre a situação em que vivem os trabalhadores da terra hoje e os anseios do Pai. É também nessa oportunidade que o povo vai se dando conta de que os seus interesses por melhores condições de vida coincidem com a vontade de Deus Pai.

É nesse espírito que a caminhada, normalmente com algumas estações ou pa-

radas para refletir, rezar e cantar, dá muita força e garra aos que participam dela. É o próprio Deus convocando-os pra luta, para a organização e para a fraternidade.

A certeza das vitórias do povo organizado alimenta a esperança de que "unidos e organizados somos fortes". A profissão de fé da vitória está na organização do povo.

O momento da tribuna do povo

Em palco improvisado sobre algum caminhão, barranco ou escadaria, de micro-

Douglas Mansur



A romaria da terra resgata a memória do povo de Deus.

fone na mão, os trabalhadores põem para fora seu canto, sua poesia, seu discurso, seu repente, para que todos ouçam seu grito, sua queixa, sua denúncia, sua esperança e certeza da vitória. A vibração é grande. É a hora cultural e política.

A convocação para que todos participem, o desafio para que todos se organizem e juntos avancem firmes em busca dos seus direitos costuma ser a palavra de ordem.

Um verdadeiro exercício de participação, democracia e liberdade. Todas intervenções sugerindo o caminho a seguir, insistindo sobre o papel específico de cada uma das ferramentas de luta (o movimento popular, o movimento sindical e o partido político), no processo de construção da nova sociedade.

O momento da celebração da eucaristia

Normalmente feita no final, a celebração eucarística tem a tarefa de, uma vez mais, confrontar com toda realidade apre-

sentada pelos romeiros a palavra de Deus. Também costuma ser a hora da bênção dos romeiros, produtos, ferramentas e objetos trazidos até o local santo. Que partem assim fortalecidos.

É o momento de unificar o pensamento, congregar os caminhantes e desafiá-los para o compromisso. O envio anima o romeiro a voltar para seu município, sua comunidade e sua casa e ali dar continuidade a essa fraternidade experimentada e curtida com tantos. Nunca falta nesse envio o apelo ao compromisso pessoal e coletivo à causa dos trabalhadores. A despedida é sempre calorosa, característica própria do povo.

Locais, datas e simbologia

Outras questões a serem anotadas e que são levadas em conta.

1) Onde?

Algumas romarias da terra são realizadas junto a santuários já consagrados pelo povo. É o caso de Juazeiro do Norte, do

Divino Pai Eterno e outros. Outras são realizadas junto a locais onde houve lutas no passado. Nesses casos, o acento recai sobre a recuperação do acontecimento com seu significado e lições. Muitas ainda são feitas junto a locais onde existe conflito de terra atualmente. Nesses casos, a situação de sofrimento já está retratada. É a própria realidade dos acampamentos. Em ocasiões tais, a romaria se transforma num verdadeiro juri. Os condenados são sempre os mesmos: os latifundiários, o Estado e as multinacionais. E a sentença é fatal e unânime.

2) Quando?

Com relação às datas, o processo tem relação íntima com a escolha dos locais. Talvez possamos frisar a individualidade que têm estas enquanto se propõem a recuperar e manter viva a memória do acontecimento do assassinato de alguma liderança profundamente comprometida com a luta da classe trabalhadora; ou, então, enquanto querem manter acesa a história de uma luta onde os trabalhadores conquistaram a vitória.

3) A simbologia

A utilização dos símbolos é realmente impressionante. A criatividade é incontrolável. Convivendo com poucas imagens, que não sejam a própria natureza e algumas coisas trabalhadas por eles, os trabalhadores do campo são muito sensíveis às imagens. Toda idéia apresentada, que chega costurada com alguma imagem, tenha certeza, não será esquecida.

Em se tratando de símbolos, concorrem as cruzes, flâmulas, imagens de santos e de graças alcançadas, retratos da realidade, os frutos do trabalho, faixas, cartazes, ferramentas e outros. Enfim, um leque enorme de instrumentos que ao mesmo tempo ornamentam, criam um clima de celebração e festa, mas também de desafio e apelo ao compromisso.

Conclusão

Desde a viagem com os companheiros até o local da romaria, passando pela participação na caminhada através das estações, o almoço comunitário, o grito de sua própria palavra na tribuna do povo e a celebração da Eucaristia, tudo tem seu significado, tudo vem carregado de sentimento e paixão, de dor e ternura. A realidade está a exigir o empenho de quem quer ser coerente com o Evangelho, a Boa Nova, e o compromisso com a luta, selado pelo sagrado, não há quem abafe. Tem força dobrada!



Edgar Jorge Kolling trabalha no setor de formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Robson Martins

Paulo Fonteles: mais uma vítima do latifúndio

Ricardo Rezende Figueira

Ainda cedo: 10h30. Três tiros de revólver calibre 38 o atingem. Três tiros sucessivos, rápidos. O sangue escorre. A cabeça pendia. Nenhum gesto de defesa foi possível. A notícia percorre o estado provocando forte comoção, principalmente junto aos lavradores. Uma multidão revoltada acompanhou o sepultamento. Inúmeros discursos de solidariedade à família, ao partido, aos camponeses, e de protesto diante de sua morte. Ulisses fez discurso inflamado, o governador do Pará deu entrevistas dizendo-se consternado. Inúmeros pronunciamentos desde este terrível dia 11 de junho, mas nenhuma ação eficiente por parte do Estado, para elucidar este crime e punir os responsáveis.

Conheci Paulo em 1978. Havia eclodido um conflito possessório em Redenção e todos nos sentíamos inseguros quanto aos meandros legais. Conversando com d. Estevão — naquela época bispo de Conceição do Araguaia — eu ponderei que nos encontrávamos sobre um barril de pólvora, que o quadro fundiário do sul do Pará era de tal magnitude, que se fazia necessária uma assessoria jurídica. Os conflitos trabalhistas, criminais e possessórios aqui envolvem milhares de camponeses de um lado e do outro expressivos grupos econômicos com grande influência no aparelho do Estado. A prisão recente do pe. Maboni, dos agentes de pastorais e dos lavradores de Perdidos, São Geraldo, e as torturas eram um sinal dos interesses em jogo. Dom Estevão concordou sobre a urgência dessa assessoria e ele próprio, acabou localizando por telefone um jovem advogado em Belém. Era o Paulo, que aceitou vir para a região sem maiores problemas. Eu o recebi e juntos fomos para Redenção, onde nos encontrariamos com um grupo de lavradores despejados.

Chegamos cobertos de poeira e, antes do encontro com os lavradores, ele quis conversar comigo. Sentamo-nos numa calçada, na avenida principal e o ouvi boquiaberto me explicando que havia um equívoco a ser desfeito: não possuía inscrição na ordem, porque ainda não havia concluído o curso. Fiquei mudo no primeiro momento. E agora? O que fazer? Os lavradores nos aguardando... Ele então

falou que sua irmã era advogada e ela própria entraria nos processos, resolvendo assim o impasse.

Paulo não possuía, neste momento, qualquer experiência em Direito Possessório, mas foi dominando-o, desvendando os mistérios processuais e, num curto espaço de tempo, tornou-se conhedor da matéria.

Impressionava-nos nele a inteligência aguda, a capacidade de se comunicar, a empatia, a coragem. Era capaz de colocar o terno e a gravata para as formais audiências no forum e, logo depois, de sandálias havaianas, se misturar em meio ao povo, andar a pé, a cavalo, dormir na rede e comer farinha. Incapaz de dizer um não, assumia compromissos em profusão e, às vezes, via-se em grandes embaraços para cumprí-los.

Ele nos conquistou desde o começo. Mas atraiu contra si o ódio de muitos fazendeiros e, mesmo, de advogados. Lembro-me bem do dia que, saindo da sala do juiz, depois de conseguir uma reintegração de posse a favor dos lavradores do Caçador, ele ouviu do advogado da outra parte a ameaça: "Tente reintegrar os teus clientes! Eles já foram desarmados pela polícia no despejo e o sr. Neif tem um grupo de homens armados lá na mata". Paulo recebeu muitas ameaças de morte. Diversas vezes ele próprio denunciou estas ameaças junto às autoridades e através dos meios de comunicação social. Ele tinha plena consciência dos riscos, por isso, como medida preventiva preparou, nessa época, em favor de sua família, um seguro de vida. Nesse clima de grandes ameaças, ele aprendeu a domesticar o medo e enfrentava os perigos com grande sangue-frio. Em São Geraldo, conseguiu desarmar um grupo de pistoleiros num lance de grande ousadia e coragem.

Já pertencia ao Partido Comunista do Brasil (PC do B), mas mantinha esta opção partidária na clandestinidade, mesmo para nós. O momento político que atravessávamos aconselhava cautela. E ele já havia sido preso e torturado em Brasília. Ali, presenciou as torturas a que a polícia submeteu sua esposa Hecilda, na época grávida. Dentro da prisão nasceu o primeiro filho do casal: o Paulinho.



Sobre esses momentos ele escreveu alguns poemas que chegou a nos mostrar.

Numa tarde de 1981, no Centro de Treinamento Diocesano, ele me procurou. Explicou-me que se lançaria como candidato a deputado estadual e colocou o seu cargo à disposição, reconhecendo que o tempo para a campanha eleitoral o absorveria muito. Ele reconhecia que o trabalho de assessoraria seria prejudicado. Aceitamos o seu desligamento, depois de conversarmos entre nós. Além dessa razão, começava a haver entre nós divergências táticas e estratégicas. Reconheciamos os seus valores extraordinários, sua disposição e compromisso, mas os caminhos se dividiam. E nós sentimos muito quando a própria amizade sofreu alguns arranhões.

Paulo hoje não está entre nós. Partiu cedo de mais, deixando-nos perplexos. Sempre convivemos aqui com a possibilidade da morte violenta. Ela faz parte do nosso horizonte, mas quando ela chega, a dor não é menor. Infelizmente, a lista dos amigos assassinados, mártires da terra, da esperança, vai aumentando. Alguns foram de súbito, sem aviso, como a Irmã Adelaide. Outros foram de morte anunciada. Sinhozinho, Belchior, Gringo, foram ameaçados inúmeras vezes e temíamos pelo desfecho trágico que acabou se concretizando. Josimo, inclusive, havia sofrido atentados antes. Gabriel Pimenta recebeu os tiros diante da própria casa, indo tão prematuramente! Agora Paulo, que deixa um grande vazio. Paulo foi um irmão na diversidade ideológica, na comunhão da luta, na crença permanente em um tempo mais justo. Paulo é mais um nesta história de luta pela terra, que as balas do latifúndio atingem. É uma dívida a mais do Estado para com a Nação. Esses tantos sangues derramados apontam para a estrutura fundiária, para a concentração de terra, de poder, de capital. E há mais do que indícios que não estamos diante da última página da tragédia, muitas páginas ainda virão, revelando a face real da Nova República.

Ricardo Rezende Figueira é coordenador da Comissão Pastorál da Terra — Regional Araguaia/Tocantins.

CASO FUCHS

Honra institucional versus honra do respeito ao ser humano

William Schisler Filho

Porque defendeu o direito de brasileiros a suas terras, Werner Fuchs, pastor da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) e membro da Comissão Pastoral da Terra no Paraná, foi julgado na auditoria da 5ª Região Militar em Curitiba e condenado a seis meses, com sursis, na última terça-feira de maio.

Eu estava lá.

Comigo mais de trezentos padres, pastores, leigos e um bispo, que antes do julgamento realizaram um ato ecumônico de solidariedade a Werner Fuchs, do outro lado da rua no prédio da auditoria militar. Muitos vestiam-se de preto. Um jovem que animava o cântico com seu violão tomou uma faixa preta e amordaçou a boca.

No momento do culto, a filha de um dos colonos aliados de suas terras em Papanduva — cerne de toda questão — colocou sobre o altar improvisado uma velha enxada.

"Há trinta anos", disse ela, "esta enxada não cava a terra que nos pertence, nem planta o grão que nos alimentaria."

Do outro lado da rua, no prédio da auditoria cercada de soldados, começava a preparação para o julgamento. Somente trinta pessoas por vez eram admitidas ao local. Estabeleceu-se assim entre os solidários ao pastor um rodízio cordial.

Dentro da auditoria, os pisos de pedra polida e as poltronas estofadas contrastavam com a velha enxada que ficara sobre o altar improvisado do outro lado da rua. Contrastavam-se também os dois conceitos de "honra" que haveriam de se chocar no julgamento: a honra institucional versus a honra do respeito ao ser humano que, afinal, é a razão da instituição.

O promotor fez a acusação: o pastor, no dia 25 de julho de 1986, numa manifestação de lavradores diante do Palácio Iguaçu, em Curitiba, desacatou o Exército chamando-o de ladrão de terras e acusando-o de ter a farda manchada por esta terra roubada.

Era Papanduva que voltava a clamar.

Cem hectares por um

Em 18 de dezembro de 1956, o governo Juscelino Kubitschek desapropriou em Papanduva uma extensa área de terras, das mais agricultáveis de nosso estado, para ali criar o campo de instrução Marechal Hermes. As mudanças políticas, a burocacia estatal, o valor legal atribuído às terras, que só seria depositado muitos anos depois, quando



Itamar Garcez

uma inflação cruel havia reduzido o seu valor ao nada, levaram os proprietários a negarem-se a um acordo. A situação ficou indefinida e legalmente evitada de erros, a ponto de até hoje o Incra cobrar impostos dos seus proprietários originais.

Durante os anos de exceção, o Exército pressionado por seu planejamento e necessidades resolveu ocupar as terras que lhe tinham sido destinadas à força. Os moradores tiveram prazos mínimos para abandonarem tudo o que haviam construído e plantado. Os que se recusavam a sair eram jogados dentro de caminhões junto com seus móveis e despejados nas ruas de Canoinhas. Um proprietário se suicidou; outro ficou louco.

Segundo relatam os colonos, suas melhores casas foram desmanteladas e algumas reconstruídas como casas de praia de oficiais. Seus pinheiros foram dizimados. Seus hervais locupletaram alguns bolsos privilegiados. E as terras, que eram o sustento de setenta famílias, passaram a ser campo de uma ou duas manobras por ano. O chão feito para produzir vida, tornou-se sepultura de obuzes e balas.

Nova República: uma esperança

Com a Nova República, surgiu a esperança de uma solução justa para os desapropriados. Afinal, foram tantas as promessas de justiça proferidas

nos comícios! Agitou-se a comunidade dos deserdados de Papanduva — nesta altura somando 2 mil pessoas! Criou-se um acampamento em Papanduva para chamar atenção nacional ao esbulho. Criou-se outro no coração de Florianópolis para manter contatos com o Incra, a CPT, a Procuradoria Federal, Assembléia Legislativa e demais autoridades.

A busca da gente de Papanduva era de conquistar seus direitos por meios legais e pacíficos. A Igreja Católica reconheceu isto, com duzentos dos seus bispos assinando manifesto a seu favor. As Igrejas Evangélicas de Confissão Luterana, Presbiteriana e Metodista também.

Mas se algumas portas se abriam — com a aceitação pelo Exército de uma eventual permuta de área, devolvendo a terra a seus donos — faltou ao governo a decisão de levar a solução até um final feliz. Mesmo do Exército, que seria o maior interessado.

"Limpando a honra"

Na angústia de ver nesta triste caminhada de trinta anos antigos proprietários reduzidos a bôa-frias ou mero arrendatários de terras alheias, o pastor Werner Fuchs — como autêntico profeta bíblico — levantou o dedo e extravasou o coração.

E foi condenado. Feriu a instituição. Mas quem condena a instituição por ferir a honra do camponês?

Na sala do julgamento havia um crucifixo descomunal para o tamanho da sala. Enquanto os homens falavam, eu fitava o Cristo mudo. Quando os juizes — três militares e um civil — deram a sentença para "limpar a honra" de nosso glorioso Exército, pareceu-me ouvir o Cristo eterno voltando a dizer: "Ai de vós — sois tão cuidadosos em limpar a parte de fora da taça, mas o interior imundo da exploração de outros. Cegos! Limpem primeiro o interior da taça, e então ela ficará toda limpa" (Mt 23,25).

Já era noite. Na rua em frente à auditoria terminava a longa vigília. Tristeza e desapontamento dominavam o grupo. Mas, então, alguém começou a distribuir velas. Um canto de fé irrompeu à medida que elas foram sendo acesas.

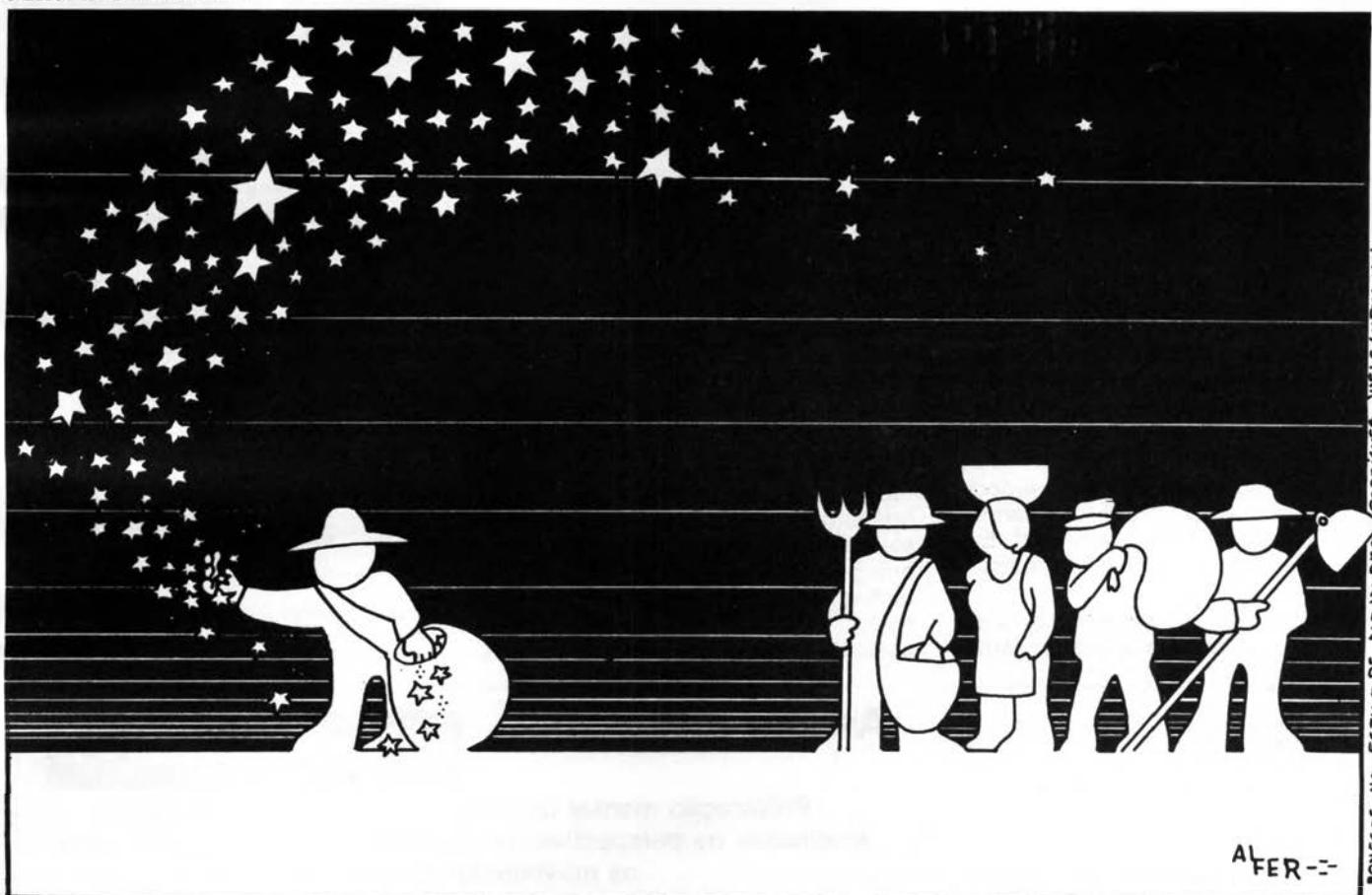
Nem toda a escuridão do mundo pode apagar uma única luz!

William Schisler Filho é pastor da Igreja Metodista do Itacorubi (Florianópolis, SC) e diretor do Centro Vivencial para Pessoas Idosas.

“Farão pomares e lhes comerão o fruto”

Os profetas e os trabalhadores

Milton Schwantes



Os profetas têm projeto. São visionários do porvir. Antecipam o novo. Por ele propugnam. Em seus gestos e palavras, efetivam-no. Os profetas são, pois, utopistas.

Este projeto profético tem lá seus contornos e suas marcas. Não é difuso, nem coisa do acaso. Evoco alguns destes sinais que dão o colorido da utopia dos visionários bíblicos.

O Espírito é sua sustentação. Profetas não sonham com inovações em sagradas estruturas. Anelam pelo Espírito

que as desfaz. Afinal, até o sagrado tende a ser, na linguagem de Jeremias, “covil de salteadores”. O Espírito lhe está oposto. É derramado de preferência sobre servos e servas (Jl 3,2). Tem gosto por quem “proclama libertação aos cativeiros” (Is 61,1). O projeto do Espírito não se ajeita a quem explora trabalhador.

Acontece que o Espírito tem na justiça seu fruto maduro. Tem predileção pela prática que a promove. A esperança profética culmina em relações justas. Amós fala delas como se fossem águas

e ribeiros perenes. Para quem vive naquelas agrestes palestinas, águas que não secam são o que há de mais gratificante. Sem tais águas não há como sobreviver. Sem justiça não há vida.

Para os profetas existem certas relações que facilitam a justiça. Encontram-se mais próximas do Espírito. Em todo caso, não são as esferas dos templos sacrossantos e nem dos Estados todos poderosos. Amigas do Espírito são as relações comunitárias. Os profetas as promovem. Agrupam clãs camponeses. Asociam pobres. Reúnem discípulos. A profecia é associativa. Nisso reside

seu vigor. Daí redonda seu impacto sobre os poderosos. Neste seu afã comunitário, até alcançou superar por momentos o patriarcalismo incrustado da cultura de seu tempo. A companheira de Isaías também era profetisa! Oséias anuncia que nos novos tempos também as irmãs serão saudadas na comunidade. E, enfim, Joel prenuncia o derramamento do Espírito para escravas e escravos. Sim, através da profecia irrompe o novo!

E ele é mui concreto. Chama-se: terra! No mundo dos profetas, um sem-terra era uma raridade. A ampla maioria tinha acesso à terra. Ainda assim, a profecia não cessa de lutar pelo direito à roça. A justiça do Espírito chega a ser sinônimo de terra para todas e todos. O Ano do Jubileu é mística profética. Este é o ano verdadeiramente agradável a Javé.

A luta pela terra não é fim em si. Visa democratizar o alimento, os frutos da terra. O solo é generoso. Dá em abundância, ainda que a natureza, vez ou outra, tenha lá suas manias. O problema está em que o lavrador não chega a se apropriar dos frutos de seu trabalho. A utopia profética destitui a espoliação que se interpõe entre o trabalho do roceiro e o uso dos frutos de seu suor. Isaías se extasia em prever: "Plantarão vinhas e comerão o seu fruto" (Is 65,21). E o livro de Amós conclui num verdadeiro encantamento: "Farão pomares e lhes comerão o fruto" (Am 9,14). Este projeto do Espírito é revolucionário!

O berço deste projeto profético é a resistência dos trabalhadores do campo.

A utopia destes visionários é o reverso de sua crítica. É o outro lado da análise.

A resistência dos lavradores e de seus profetas tinha no Estado, nos santuários, nas cidades militarizadas seus oponentes. Profecia antagoniza frontalmente contra o exército. Polemiza impiedosamente contra os templos e seus ritos. Desautoriza completamente o Estado. Para Isaías, o javismo e o armamentismo são excludentes. Para Miquéias, o melhor que pode acontecer com santuários é que seus terrenos sejam reutilizados para parreiras e roçados. Para Oséias, a história do Estado nada mais é que história do juízo divino.

Estados, templos e exércitos são fúteis, porque vivem da exploração das trabalhadoras e dos trabalhadores da roça. Não se cansam de cobrar taxas e tributos. Convocam para o trabalho forçado, quando lhes apraz. Afinal, é necessário que sejam construídas fortificações. É preciso ampliar os palácios. É imperioso que se aplaine as estradas. Urge que se embeleze os santuários. E alguém precisa fazê-lo. Recruta-se o povo da roça para estas obras tão urgentes.

O suor aumenta. Os mais fracos empobrecem de vez. Quem ousa resistir, é pisado ao pó da terra, como diz Amós. Mulheres e homens são subjugados. A face dos pobres é moída, para recorrer aos termos de Isaías. A desumanidade vai tomando conta. Seu ápice é o próprio genocídio. Os mais pobres e os que teimam em não se submeter são eliminados. De um destes soberanos sangueus se diz que "derramou muitís-

simo sangue inocente, até encher Jerusalém de um ao outro extremo" (2Rs 21,16).

Nem todos eram tão descarados. Outros trataram de acobertar a espoliação. Travestiram-na de rito e religião. Coloriram-na com fetiche. Encobriram-na com belas palavrinhas. Por exemplo, propagandearam a idéia de que era "preciso" aumentar taxas e dízimos para agradar a divindade. Proliferaram os ritos. Multiplicaram-se os altares. Inventaram-se festas. Agregaram-se algumas novas divindades, mais modernas. Pois, os profetas souberam ir à raiz de tamanha fumaceira religiosa. Desvendaram-na. Identificaram-na como idolatria, como culto a outro deus. Denunciaram-na como acobertamento da espoliação dos lavradores. Para a profecia, o empobrecimento é uma espécie de pedestal da idolatria. É como se no reverso de cada ídolo se encontrasse mulheres violadas, crianças esfomeadas, homens esmagados. O ídolo tem tudo; o trabalhador tem nada.

A profecia põe o dedo na ferida. Denuncia a exploração e seus disfarces religiosos. Em sua análise vai à raiz. Desde aí promove esperança. Por ter suas raízes entre os trabalhadores empobrecidos, a profecia não se cansa de ser utópica.

"Farão pomares e lhes comerão o fruto". (Am 9,14)
"Serei para Israel como orvalho, ele florescerá como o lírio". (Os 14,5).

Milton Schwantes, biblista luterano, é autor de *Ageu* (Vozes/Sinodal/Imprensa Metodista) e *Abraão e Sara* (Vozes/Sinodal).



Assine a Revista

tempo e presença

Publicação mensal do CEDI, com temas da atualidade analisados na perspectiva do ecumenismo comprometido com os movimentos populares.

Assinatura anual:

Cz\$ 120,00

América Latina: US\$ 60 América do Norte: US\$ 80 Europa, África e Ásia: US\$ 90

Fazendo uma assinatura de apoio

você recebe de brinde

um exemplar dos Cadernos do CEDI.

Assinatura de apoio:

Cz\$ 200,00

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ CEP: _____ Est.: _____

Telefone: _____ Profissão: _____ Idade: _____

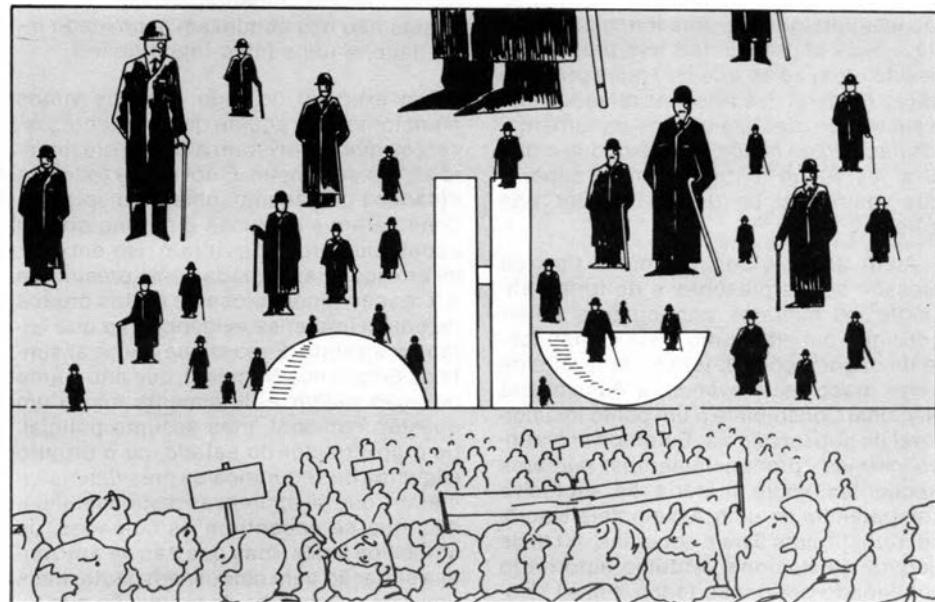
Faça sua assinatura através de cheque nominal para o CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação — Av. Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP.

Constituinte: estatuto da classe dominante?

Tudo indica que, mais uma vez, não convinha levantar esperanças demasiadas em relação aos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, em função de alguns elementos básicos que temos de assinalar. Antes de destacar estes elementos é preciso lembrar que posições otimistas por parte dos setores progressistas quanto às possibilidades do atual corpo de parlamentares eram e são infundadas. Não só a sua composição é de maioria conservadora como os grupos de pressão se fizeram sentir de maneira frequente e articulada.

Embora tenha sido registrada a presença de grupos populares nas diversas etapas do trabalho, os mecanismos através dos quais funcionam os conservadores apresentam maior eficácia, porque transcendem a atuação do recinto da Câmara. Estes lobbies funcionam de maneira "eficiente" com métodos mais que duvidosos como denunciava há pouco tempo o senador Severo Gomes, em artigo publicado na *Folha de S. Paulo*. Uma vez assegurada a maioria, as atividades exercidas nos hotéis e nos corredores têm sido eficientes e rendido bem, em todas as direções.

Estou mencionando estes fatos para podermos discutir com o realismo necessário como analisar e como tentar avançar. Não quero, em nenhum momento transmitir a idéia de que a perspectiva é pessimista e a luta inútil. Na comissão em que fui relator, por exemplo, violamos deliberadamente o regimento da Assembléia Nacional Constituinte e levamos a comissão a diversos estados onde ouvimos mais de 375 entidades ligadas aos setores populares, as quais de outra forma ja-



mais poderiam fazer ouvir sua voz na feitura da lei maior do país. O desejo é o de reconhecer bem os caminhos e as possibilidades para podermos traçar a estratégia adequada para o momento. Voltemos, então, aos elementos que queríamos destacar.

Temos sentido nesta fase dos trabalhos a diminuição do peso da participação popular. Não que as delegações tenham negligenciado sua atuação e presença, mas porque na medida em que os trabalhos vão sendo recolhidos através das comissões específicas a presença maior dos conservadores vai se impondo de maneira indiscutível: isto sem mencionar alguns

golpes de "força" como os que se deram em relação às comissões de Educação, Ciência e Tecnologia, Ordem Econômica etc. Então, o decréscimo da influência dos setores populares se dá por razões estruturais, é claro, mas que não podem ser esquecidas no momento mesmo da elaboração da Carta em sua fase final: o que se dá é que os relatores nomeados para esta fase não deixam margem a dúvidas quanto à sua inserção na sociedade e aos seus compromissos. Mais do que nunca se faz necessário o acompanhamento e a luta para que não vençam, numa extensão muito grande, aqueles que desejam apenas aperfeiçoar o velho, isto é, não modificar nada em sua substância.

Como a luta agora se fecha um pouco mais para o interior do Congresso é preciso estar atento ao fato de que o Planalto e os grupos dominantes (civis e militares), dos quais Sarney é um titã, se lançam numa ofensiva inequívoca na direção da cooptação de parlamentares que não primam pela coerência ou que são, pelas próprias convicções, favoráveis à manutenção desta situação. O fisiologismo é hoje uma assustadora presença nas articulações políticas e ninguém ignora o que se passa nos bastidores. A troca de favores políticos não é novidade em nosso país, mas as dimensões alcançadas pelos atuais arranjos é escandalosa. Sabemos todos que o presidente da República é homem afeito, por origens e convicções, a esta maneira de se fazer política; o que não se suspeitava é que estas articulações alcançassem dimensões tão alarmantes. O que não se pode esquecer é que têm peso suficiente para alterar a qualidade e a natureza da Constituinte. Por incrível que isto possa parecer, vários parlamentares e estudiosos da política não percebem o quanto isto tem de grave, e o quanto uma simples articulação para prorrogar um mandato pode prejudicar uma política mais ampla e voltada para a transformação de uma sociedade tão injusta, tão insatisfatória. De uma forma ou de outra, nossa imprensa não tem prestado a devida atenção ao que isto representa no cômputo geral dos fatos. As relações que o eleitorado mantém com os parlamentares não são de molde a impedir que estes arranjos sejam feitos e nem de saber o que realmente se dá no interior das articulações.

Além do fisiologismo, outro tipo de pressão se faz presente, e de forma eficiente: os militares continuam a influir aduzindo o medo como forte componente de negociações. E isto pode levar e de certo modo está levando, a Assembléa Nacional Constituinte a um ponto insuporável de subserviência. Estamos assistindo inermes, "pronunciamentos" militares freqüentes sobre matéria de exclusiva competência de uma Assembléa Nacional Constituinte livre e soberana. A Lei de Segurança Nacional, entulho autoritário condenado por quase todos à nível retórico, está sendo invocada e aplicada com as mesmas justificativas cívicas dos tempos das ditaduras militares. Não é preciso insistir no fato de nossa curta memória em relação a acontecimentos políticos recentes. Nossa tendência ao esquecimento impede que vejamos com mais clareza o quanto este tipo de pressão através de diversas declarações surte efeitos imediatos. Vemos com muita freqüência parlamentares advertirem e alertarem os colegas para o perigo de uma desestabilização caso "os radicais insistam em suas teses". Por interesse pessoal, por medo ou por qualquer outra justificativa torpe, este é um prato constantemente servido aos parlamentares e à imprensa. Basta para isto que algumas pequenas altera-

João da Silva



O deputado constituinte Lysâneas Maciel (PDT-RJ), ao centro, em debate realizado em São Paulo (SP).

cações, algum incidente banal ou alguma palavra desavisada venha à tona. Pessoalmente continuo achando excessiva a presença de militares na vida política do país, mas é preciso cuidado para que os alaristas não nos conduzam a um medo infundado, a um pânico injustificável.

Um exemplo de tudo isto que vimos mencionando é aquele dos incidentes recentes que envolveram a ida do presidente ao Rio de Janeiro. É óbvio que todos os cidadãos que acompanharam o episódio lamentaram a extensão e o rumo que os acontecimentos adquiriram. No entanto, as providências tomadas pelo presidente e a reação tendenciosa de certos órgãos de nossa imprensa evidenciam o que estamos dizendo. É claro que não é assunto de Segurança Nacional, que não é área de ação militar e, finalmente não é um questão nacional, mas assunto policial. Se o governador do estado, ou o próprio esquema de segurança da presidência falharam, que se apurem as responsabilidades, que se encontrem os culpados, de ambos os lados, mas que não se aproveite a situação para colocar em pauta, mais uma vez, o esquema de repressão que todos desejamos, para sempre, afastado. Aliás, seria bom que o presidente da República se tornasse um pouco mais cuidadoso em relação à sua própria segurança. Parece que somente ele ainda não se deu conta de que sua popularidade vem sofrendo uma queda vertiginosa desde que o povo percebeu o engodo em que caiu com os sucessivos planos cruzados. O que não se pode impedir, numa democracia, é que o povo se manifeste e demonstre o que sente em relação ao que vai acontecendo com o país.

Isto tudo mostra como ainda estamos longe de alcançar o clima desejado para a elaboração de uma Constituição voltada para os interesses do povo. Ao seu vi-

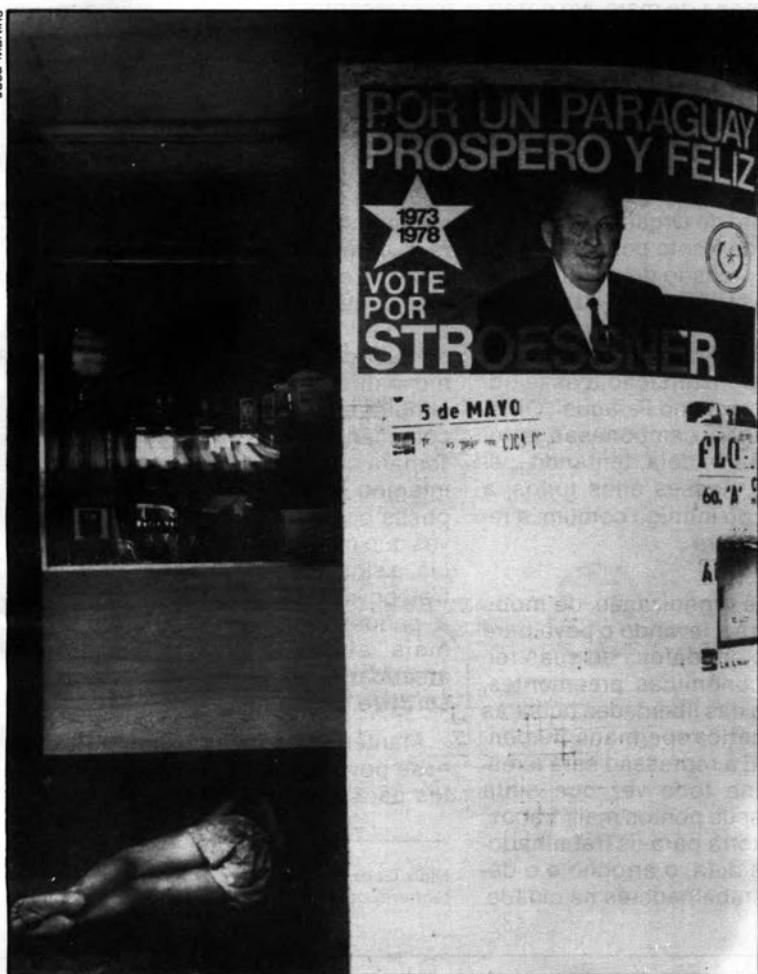
cio de origem, constituinte congressional e não popular, soma-se este mais grave de aceitar, passivamente, a ausência do povo no processo.

Estamos, pois, atravessando momento crucial para a vida do país, mas as tendências e situações encontradas agora são de molde a preocupar e reforçar o estado de alerta com que devemos tratar as coisas públicas: os progressistas conseguiram incluir vários itens de importância, mas o avanço vem sofrendo desgastes na medida em que os anteprojetos sobem às comissões seguintes. Conseguimos inserir o princípio fundamental de que o povo é a fonte primária de poder e os parlamentares e o poder executivo são fontes secundárias. Adotou-se formalmente o repúdio a belas declarações de direito e a sua permanente esterilidade.

Contornou-se também o mito, alimentado ao longe de quase todas as constituintes, que a colocação de uma norma na Constituição — a qual por ser uma lei mais nobre — asseguraria maior eficácia ao dispositivo. Nada mais irreal, já que as normas inseridas na lei magna, por não disporem de meios eficazes de implementação se tornavam, a rigor, mais distantes do povo do que a própria lei ordinária. É preciso estar atento e divulgar, cada vez mais quem são os parlamentares envolvidos com os diferentes interesses que se projetam neste momento de discussão.

De outra forma teríamos, ao invés do avanço por nós sugerido e já acolhido em todas as instâncias até agora — "todo poder emana do povo e com ele será exercido" (Subcomissão de Direitos Coletivos e Garantias, da qual fui relator) — a elaboração, mais uma vez, de um novo Estatuto das Classes Dominantes.

Lysâneas Maciel é deputado constituinte pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT-RJ).



A implosão da ditadura

Nidia González

Se alguém cinco anos atrás, tivesse falado em crise da ditadura no Paraguai, essa pessoa teria sido taxada de louca ou, pelo menos, de muito mal informada. Porém essa crise já tinha começado. Muito antes, aliás, já em 1976, durante o governo de Jimmy Carter nos Estados Unidos da América, o imperialismo americano deu sinais de seu descontentamento, não tanto com a política primária de repressão e violação dos direitos humanos que sustentou a ditadura durante esses vinte e cinco anos, como com a corrupção e inefficácia do sistema administrativo do regime militar instalado no Paraguai.

Sobretudo porque aquelas características — corrupção, contrabando e inefficácia administrativa crônicas — aportavam sua incompetência ao crescente desprestígio da potência hegemônica do chamado mundo livre (o que vale dizer, mundo do livre comércio, da força "livre" de trabalho etc.). Porém, a em-

baixada norte-americana e seus assessores do Pentágono, apesar dos seus esforços objetivando uma fórmula política alternativa que substitua a obsoleta ditadura do general Stroessner, não obtiveram sucesso, pois se limitaram a dirigir esses esforços aos pequenos caos que restaram dos pouco desenvolvidos partidos políticos de oposição. Esses partidos, desmoralizados perante a opinião pública, esvaziados de programas políticos e sem forças para representar os interesses de nenhum setor da economia dominante, muito menos capazes de levantar bandeiras de conteúdo social importantes para os trabalhadores paraguaios, não conseguiram até agora mais que um acordo nacional de cúpulas entre quatro setores políticos: o Partido Liberal Radical Autêntico, o Partido Revolucionário Feverista e a Democracia Cristã, junto ao Mopoco (Movimento Popular Colorado), movimento dissidente do Partido Colorado oficial, cooptado pelo regime stroessnista.

Porém, a urgência de parte dos Estados Unidos em modificar o atual governo no Paraguai não é tanta assim. Não é à toa que esse governo — o do general Stroessner — e a militarização do Estado que ele representa, estão lá há 33 anos.

A recessão, o arrocho salarial, a manutenção da maioria da população numa miséria quase absoluta, foi palavra de ordem em todos seus mandatos. E a capacidade de implementação prática, ótima nesses anos todos, convenhamos. É isso o que espera o Fundo Monetário Internacional de todo Estado "sério" na América Latina e no chamado Terceiro Mundo: Estados fortes que levem adiante políticas econômicas de recessão, arrocho, demissões e miséria das populações, sempre que o exija o cumprimento das "obrigações contraídas", o pagamento em dia dos juros a que esses países estão submetidos.

Por tudo isso, se levamos em conta apenas as intenções do imperialismo,

a ditadura no Paraguai ainda tem bastante fôlego. E a democracia é um objetivo distante. Democracia, aliás, que só ao próprio povo paraguaio interessa e que ele próprio terá que conquistar com sua luta e seu sangue nas ruas.

É verdade que a situação internacional tem sofrido mudanças substanciais desde 1954 — auge da "guerra fria" — até o gradual recuo dos governos militares que se instalaram no Cone Sul nos últimos anos. Democracias mais ou menos legítimas, mais ou menos institucionalizadas isolam hoje o velho ditador. Ele tem que abrir mão de algumas mordomias enquanto arbitrio, repressão primária e impunidade absolutas, que ostentava presunçosamente até poucos anos atrás.

A "abertura" existe. Ela é até mais ampla do que o paralisado povo paraguaio, em seu torpor aterrorizado, imagina. Mas não está isenta de riscos: o povo sabe, sente em seu corpo esfacelado, de quanta crueldade e frieza em seus designios, essa ditadura é capaz.

Estão para conferi-lo, Napoleão Ortega (o prisioneiro político mais antigo do continente), Antonio Maidana (desaparecido na Argentina), os camponeses assassinados em J.E. O'Leary, a repressão em Tavapy 2, as pancadas sofridas pelos trabalhadores da saúde, nas ruas de Assunção, durante uma passeata pa-

cífica por melhorias salariais no penúltimo fim de semana de maio. No entanto, o medo retrocede, diminui e é cada vez mais forte o anseio de liberdade e a esperança de conquistá-la finalmente, em cada um dos paraguaios que resiste dentro das fronteiras da opressão o flagelo desse cristalizado autoritarismo fardado. A constituição da Assembléia Permanente de Organizações Gremiais, espécie de frente popular contra a repressão, expressão de movimentos organizados dos setores populares, que esforçadamente foi recompondo-se nos últimos anos, é um sinal importante de crescimento e aproximação a esse objetivo de democracia no Paraguai. Organizações operárias, camponesas, estudantis, fazem parte dela, tentando, pela primeira vez, nesses anos todos, a unidade diante do inimigo comum: a repressão da ditadura.

O trabalho de organização, de mobilização e agitação, levando o povo para as ruas, não só em defesa de suas reivindicações econômicas prementes, como em busca das liberdades públicas tolhidas sistemática e permanentemente, aumentará. E a repressão será a resposta do regime toda vez que sentir ameaçado em seus pontos mais fracos: o problema da terra para os trabalhadores despojados dela, o arrocho e o desemprego dos trabalhadores na cidade.

A eles se somarão o descontentamento crescente dos setores industriais e empresariais, prejudicados pelo contrabando e a corrupção administrativa do regime, sem fôlego já para continuar à sombra da ditadura sem cair na falência econômica.

Este é o quadro inicial, em processo de andamento, da implosão da ditadura. O caminho a percorrer pelo povo paraguaio na conquista dos seus legítimos direitos à justiça, à liberdade, a trabalho e vida dignas, à saúde, moradia e educação para seus filhos. Em resumo, o direito a ser feliz, essa coisa tão simples e tão difícil de conquistar, está começando a ser uma esperança firme. Tomara que — muito mais cedo do que imagino — esse sofrido e digno povo possa sonhar e lutar por outros objetivos que não sejam apenas a sobrevivência, e sim, a solidariedade para com outros povos do nosso continente, como a pequena grande Nicarágua, ponto mais alto da consciência latino-americana, ou EL Salvador, prestes a ser livre também.

Mantendo a convicção irredutível que esse povo tem tutano e garra suficientes para chegar até lá.

Nidia González é paraguaia exilada, socióloga e integrante do Comitê de Apoio ao Povo Paraguaio.



Movimentos sociais no campo

Neide Esterci



CAMINHOS E DESCAMINHOS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO

Cândido Grzybowski, Vozes/Fase, Petrópolis, 1987, 90 pp., 14x21 cm.

Em *Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo*, Cândido Grzybowski realiza uma reflexão sobre os recentes movimentos rurais no Brasil, procurando pensar suas repercussões sobre o processo de democratização da sociedade ao mesmo tempo em que analisa as limitações impostas à sua eficácia.

Baseado na concepção gramsciana de movimento social como *bloco histórico*, o autor propõe compreender os movimentos a que se refere considerando não só as relações estruturais dentro das quais emergem os conflitos, mas também as condições dentro das quais os segmentos de trabalhadores envolvidos se eri-

gem como *sujeitos*. Neste sentido, insiste em que a percepção de interesses comuns, a construção da identidade do grupo e as ações coletivas de resistência sejam pensadas como elementos necessários à transformação de tensões sociais (intrínsecas a determinadas relações) em movimentos.

Atento para a diversidade dos movimentos em questão, o autor os classifica em: movimentos *contra a expropriação*; movimentos *contra a exploração*; movimentos *contra a subordinação do trabalho ao capital e novas frentes de luta*. No interior de cada uma dessas categorias registra especificidades regionais, de composição, de identidade, de atores e, a partir daí, coloca a questão central que o preocupa: a *fragmentação* desses movimentos. Esta fragmentação, segundo o autor, tem a ver com a incapacidade das instâncias de representação e mediação existentes atuarem no sentido de integração política, unificando os movimentos.

Pensando, do ponto de vista da necessidade de unificação das lutas, primeiro a Contag, reconhece sua legitimidade e eficácia política, assim como reconhece nos sindicatos uma referência obrigatória para a maioria das lutas existentes. Aponta no entanto, para a limitação do movimento sindical que estaria mais voltado para a "organização da negociação e da greve, da prática institucionalizada e contratual", sendo pois, inadequado à representação dos movimentos que escapam a tais parâmetros.

Já com relação à Igreja, sua principal restrição é quanto ao *basísmo*, que segundo ele confere vigor ao trabalho a nível de grupos e comunidades, mas perde em eficácia política quando se trata da construção de alianças e de negociação. Além do que sua "visão ruralista" faz pensar um assalariado com um sem-terra, produzindo equívocos na prática.

Para ele, nem os partidos têm chance de realizar com eficácia o trabalho de articulação da diversidade, porque são débeis e estão aquém das lutas sociais. Este caráter das organizações partidárias é agravado pela forma conciliatória da Nova República, na qual o Estado procura relacionar-se diretamente com os movimentos sociais, esvaziando seu potencial político.

Vale a pena ler a análise do que se passou com a luta pela reforma agrária, onde o Estado aparece "de costas para os movimentos e longe dos trabalhadores rurais" e as elites brasileiras são responsabilizadas pela inviabilização da sociedade civil, na medida em que alternando "autoritarismo desmobilizador" e estratégia de "conciliação", só fazem fortalecer o Estado e não reconhecem as classes subalternas, como parceiras no jogo político.

Neide Esterci é professora do depto. de Ciências Sociais da UFRJ e coordenadora do Programa "Movimento Camponês/Igrejas" do CEDI.

A luta pela terra

José Domingos Braghetto



REFORMA AGRÁRIA — A LUTA PELA TERRA NO BRASIL

Isaac Akcelrud, Global, São Paulo, 1987, 92 pp., 10x18 cm.

Este texto, lançado pela coleção "O que todo cidadão precisa saber sobre", mostra claramente e com poucas palavras como se deu

a questão da concentração da terra no Brasil que envolve o problema do poder no país, inclusive o militar. Neste sentido, mais uma vez é comprovado que as leis sempre beneficiam os donos do poder: desde as capitâncias hereditárias, passando pela lei de terras de 1850, entrando no Estatuto da Terra de 1964 e culminando com o Plano Nacional de Reforma Agrária da assim chamada "Nova República". Em todo este processo, os poderes político, econômico e militar deram-se as mãos num processo sempre e cada vez mais opressor, excluindo grandes massas de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra para sobreviver.

O autor, entretanto não fica somente no relato histórico e nem se limita a fazer críticas à situação agrária atual. Aponta algumas pro-

postas para que se ponha um termo a esta situação miserável. Sugere a concretização da aliança operário-campesina, como sendo a única maneira de conquistar a reforma agrária e assim destruir o capitalismo. Vê como solução a construção de um Brasil socialista sob o controle dos trabalhadores.

A leitura deste livro é indispensável para todas as pessoas que querem compreender melhor a luta pela terra no Brasil e se sentem indignadas diante da atual estrutura fundiária. Quantos mortos e quantos famintos serão necessários ainda para cada um dos milhões de hectares que uns poucos proprietários possuem? O livro de Isaac Akcelrud expõe com clareza e profundidade todo o cenário da luta que se vem travando pela posse da terra.

Reforma agrária por que?

Dos 4,5 milhões de proprietários rurais, apenas 170 mil são donos da maior parte das terras do Brasil.



Os latifundiários ocupam 417 milhões de hectares. Dessa área, 294 milhões são aproveitados, 169 milhões permanecem ociosos e 125 milhões encontram-se mal explorados.

As multinacionais já apropriaram-se de mais de 35 milhões de hectares no Brasil.

O êxodo rural ameaça o salário e o emprego do trabalhador. Entre 1970 e 1980, 24 milhões de pessoas migraram para outros estados.

A produção de alimentos por habitante vem caindo e são as pequenas propriedades as responsáveis pela maior parte da produção de alimentos do país.

Existem cerca de 11 milhões de desempregados nas cidades e 30 milhões de camponeses sem terra (ou 7 milhões de famílias).

Há 8,7 milhões de assalariados rurais que recebem menos de um salário mínimo.

Entre 1979 e 1986, foram assassinados mais de mil camponeses, posseiros, garimpeiros, dirigentes sindicais rurais e advogados na luta pela terra e na defesa dos direitos dos trabalhadores. Destes, 440 foram assassinados nos últimos dois anos.

Existem 30 acampamentos de trabalhadores sem terra distribuídos pelo país, envolvendo 4 mil famílias.

(Quadro atualizado da Campanha Nacional de Reforma Agrária)

